DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Eneva S.A.

31 de dezembro de 2021

Com relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

SUMÁRIO

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial – Ativo 3
Balanço Patrimonial – Passivo 4
Demonstrações dos Resultados 5
Demonstrações dos Resultados Abrangentes 6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido 7
Demonstrações dos Fluxos de caixa 8
Demonstrações do Valor Adicionado 9
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 10

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

01. Contexto operacional 10
02. Compromissos socioambiental 12
03. Apresentação das demonstrações financeiras 13
04. Resumo das principais práticas e políticas contábeis 14
05. Estimativas e julgamentos contábeis críticos 16
06. Informações por segmento 17
07. Caixa e equivalentes de caixa 22
08. Títulos e valores mobiliários 22
09. Contas a receber 23
10. Estoques 24
11. Impostos a recuperar e diferidos 24
12. Investimentos 27
13. Imobilizado 32
14. Intangível 36
15. Fornecedores 37
16. Impostos e contribuições a recolher 38
17. Endividamentos 39
18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos 42
19. Provisão para contingências 47
20. Provisão para obrigação de abandono 49
21. Partes relacionadas 50
22. Patrimônio líquido 51
23. Resultado por ação 52
24. Plano de pagamento baseado em ações 52
25. Receita de venda de bens e/ou serviços 54
26. Custos e despesas por natureza 56
27. Resultado financeiro 57
28. Cobertura de seguros 57
29. Compromissos assumidos 58
30. Eventos subsequentes 59

Balanço Patrimonial

AS NOTAS SÃO CLICÁVEIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2021	2020	2021	2020
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	602.142	275.334	992.290	1.384.933
Títulos e valores mobiliários	8	367.161	144.570	685.447	511.317
Contas a receber	9	1.718	1.413	718.835	700.964
Valor justo dos contratos de comercialização de energia	5.1 (vi)	-	-	9.336	-
Estoques	10	50.101	45.277	520.033	179.015
Despesas antecipadas		10.053	7.042	42.955	29.411
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	11	77.090	22.039	134.021	73.022
Outros impostos a recuperar	11	13.575	6.949	30.629	19.846
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	21	39.999	62.192	-	-
Mútuos com partes relacionadas	21	216.046	186.692	-	-
Operações comerciais com partes relacionadas	21	158.021	140.802	-	-
Adiantamentos a fornecedores		3.196	2.171	48.248	23.070
Outros		2.507	2.229	7.707	8.824
		1.541.609	896.710	3.189.501	2.930.402
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Valor justo dos contratos de comercialização de energia	5.1 (vi)	-	-	81.909	-
Operações comerciais com partes relacionadas	21	136.522	139.355	51	51
Mútuos com partes relacionadas	21	1.469.047	1.486.755	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	11	531	531	6.251	6.233
Outros impostos a recuperar	11	133.312	109.996	143.951	110.243
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	11	480.797	503.142	767.633	865.059
Outros		2.008	1.976	4.425	11.255
		2.222.217	2.241.755	1.004.220	992.841
Investimentos	12	6.495.729	6.287.200	9.532	9.633
Imobilizado	13	3.033.986	2.413.979	12.727.223	10.946.675
Intangível	14	910.979	898.610	1.314.079	1.338.545
		12.662.911	11.841.544	15.055.054	13.287.694
		14.204.520	12.738.254	18.244.555	16.218.096

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanço Patrimonial
Continuação

AS NOTAS SÃO CLICÁVEIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2021	2020	2021	2020
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	15	152.861	44.523	604.909	492.456
Valor justo dos contratos de comercialização de energia	5.1 (vi)	-	-	7.676	-
Empréstimos e financiamentos	17	15.595	15.613	77.795	19.193
Debêntures	17	28.231	11.886	284.846	118.520
Arrendamento	13 (b)	35.224	25.720	53.742	34.729
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher	16	73.264	4.394	98.653	36.998
Outros impostos a recolher	16	39.077	41.612	54.443	67.086
Instrumentos financeiros derivativos	18	-	-	3.211	2.391
Obrigações sociais e trabalhistas		23.986	34.643	39.746	49.070
Participações nos lucros		60.709	51.255	88.796	78.947
Contas a pagar - setor elétrico		-	-	14.110	12.455
Pesquisa e desenvolvimento - setor elétrico	25 (f)	-	-	49.984	82.603
Provisão - custo de ressarcimento	25 (g)	-	-	54.963	64.445
Outras obrigações		11	4.074	3.664	7.046
		428.958	233.720	1.436.538	1.065.939
Não circulante					
Fornecedores	15	54	2.338	29.831	44.382
Valor justo dos contratos de energia	5.1 (vi)	-	-	46.146	-
Empréstimos e financiamentos	17	49.222	64.605	1.709.342	1.311.099
Debêntures	17	4.581.722	4.273.366	5.675.467	5.593.853
Arrendamento	13 (b)	43.540	42.614	108.807	66.239
Operações comerciais com partes relacionadas	21	8.212	105.629	169	168
Provisão para passivo a descoberto	12.5	4.307	4.298	-	-
Provisão para contingências	19	4.994	6.871	91.885	92.603
Provisão de abandono	20	83.457	70.650	83.075	75.109
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	11	-	-	61.408	32.692
Outras obrigações		-	-	5.264	5.272
		4.775.508	4.570.371	7.811.394	7.221.417
Total do Passivo		5.204.466	4.804.091	9.247.932	8.287.356
Patrimônio líquido	22				
Capital social		8.894.086	8.848.409	8.894.086	8.848.409
Ações em tesouraria		(84.642)	-	(84.642)	-
Reserva de capital		20.208	25.418	20.208	25.418
Reserva de incentivos fiscais		610.573	253.071	610.573	253.071
Outros resultados abrangentes		18.405	10.775	18.405	10.775
Prejuízos acumulados		(458.576)	(1.203.510)	(458.576)	(1.203.510)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		9.000.054	7.934.163	9.000.054	7.934.163
Participações de acionistas não controladores		-	-	(3.431)	(3.423)
Total do patrimônio líquido		9.000.054	7.934.163	8.996.623	7.930.740
		14.204.520	12.738.254	18.244.555	16.218.096

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados

AS NOTAS SÃO CLICÁVEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2021	2020	2021	2020
Receita de venda de bens e/ou serviços	25	1.449.877	780.855	5.124.441	3.243.309
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	26	(476.600)	(251.163)	(3.181.706)	(1.745.379)
Resultado bruto		**973.277**	**529.692**	**1.942.735**	**1.497.930**
Despesas/receitas operacionais					
Gerais e administrativas	26	(445.770)	(360.757)	(544.768)	(448.537)
Outras receitas (despesas) operacionais	26	14.918	29.695	194.595	76.144
Resultado de equivalência patrimonial	12	665.557	554.852	(723)	(8.763)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		**1.207.982**	**753.482**	**1.591.839**	**1.116.774**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	27	217.645	150.691	151.885	192.058
Despesas financeiras	27	(157.696)	(148.822)	(338.405)	(491.712)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**1.267.931**	**755.351**	**1.405.319**	**817.120**
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro					
Corrente	11	(72.286)	(434)	(105.886)	(33.858)
Diferido	11	(22.345)	252.689	(126.141)	223.274
Lucro líquido do exercício		**1.173.300**	**1.007.606**	**1.173.292**	**1.006.536**
Atribuído a sócios da empresa controladora		**1.173.300**	**1.007.606**	**1.173.300**	**1.007.606**
Atribuído a sócios não controladores		**-**	**-**	**(8)**	**(1.070)**
Lucro por ações atribuíveis aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R$ por ação)					
Lucro líquido básico por ação	23	-	-	0,92750	3,19081
Lucro líquido diluído por ação	23	-	-	0,92025	3,17618

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	1.173.300	1.007.606	1.173.292	1.006.536
Outros resultados abrangentes				
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado				
Ajustes acumulados de conversão	8.450	(3.329)	8.450	(3.329)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	6.954	-	6.954
Total dos itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado	8.450	3.625	8.450	3.625
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado				
Perdas com derivativos	(820)	(2.391)	(820)	(2.391)
Total do resultado abrangente do exercício	1.180.930	1.008.840	1.180.922	1.007.770
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores	-	-	(8)	(1.070)
Resultado abrangente atribuído aos acionistas da Eneva	1.180.930	1.008.840	1.180.930	1.008.840

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Capital Social Integralizado	Ações em Tesouraria	Reserva de Capital (Opções de Ações Outorgadas)	Reserva de Incentivos Fiscais	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido Controladores	Participação dos Acionistas Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2020	8.834.907	-	15.640	110.725	9.541	(2.068.379)	6.902.434	(2.353)	6.900.081
Aumento de capital	13.502	-	(13.502)	-	-	-	-	-	-
Incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	78.973	-	(79.364)	(391)	-	(391)
Incentivo fiscal ICMS	-	-	-	63.373	-	(63.373)	-	-	-
Transações com acionistas:									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.007.606	1.007.606	(1.070)	1.006.536
Valor justo dos instrumentos patrimoniais	-	-	23.280	-	-	-	23.280	-	23.280
Outros resultados abrangentes:									
Ajustes de conversão moeda estrangeira do exercício	-	-	-	-	(3.329)	-	(3.329)	-	(3.329)
Ajuste de avaliação patrimonial ativo mantido para venda	-	-	-	-	6.954	-	6.954	-	6.954
Perdas com derivativos	-	-	-	-	(2.391)	-	(2.391)	-	(2.391)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	8.848.409	-	25.418	253.071	10.775	(1.203.510)	7.934.163	(3.423)	7.930.740
Aumento de capital	45.677	-	(45.677)	-	-	-	-	-	-
Programa de recompra de ações	-	(155.506)	1.248	-	-	-	(154.258)	-	(154.258)
Transações com pagamentos baseados em ações	-	70.864		-	-	(70.864)	-	-	-
Incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	112.112	-	(112.112)	-	-	-
Incentivo fiscal ICMS	-	-	-	245.390	-	(245.390)	-	-	-
Transações com acionistas:									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.173.300	1.173.300	(8)	1.173.292
Valor justo dos instrumentos patrimoniais	-	-	39.219	-	-	-	39.219	-	39.219
Outros resultados abrangentes:									
Ajustes de conversão moeda estrangeira do exercício	-	-	-	-	8.450	-	8.450	-	8.450
Perdas com derivativos	-	-	-	-	(820)	-	(820)	-	(820)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	8.894.086	(84.642)	20.208	610.573	18.405	(458.576)	9.000.054	(3.431)	8.996.623

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.267.931	755.351	1.405.319	817.120
Ajustes para reconciliar o lucro ao fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	212.873	153.968	608.837	482.150
Baixa de imobilizado e intangível	-	-	483	23.708
Resultado de equivalência patrimonial do investimento e do passivo a descoberto	(665.557)	(554.852)	723	8.763
Baixa de poços secos e áreas subcomerciais	56.289	19.308	56.289	19.308
Reversão de contingências	(1.728)	(17.302)	(171)	(25.692)
Reversão de *impairment* de Itaqui	-	-	(150.105)	(52.777)
Resultado financeiro líquido	(75.094)	(15.319)	200.188	217.594
Valor justo dos contratos de comercialização de energia	-	-	(30.867)	-
Amortização de custo de captação	2.771	9.528	7.969	27.961
	797.485	**350.682**	**2.098.665**	**1.518.135**
Aumento / Diminuição dos ativos e dos passivos operacionais:				
Adiantamentos diversos	(1.025)	4.078	(25.178)	76.132
Despesas antecipadas	(3.051)	(2.439)	(6.273)	(27.632)
Contas a receber	(305)	737	6.440	(28.453)
Impostos a recuperar	(84.586)	465	(98.848)	65.276
Depósitos judiciais	-	(332)	-	(354)
Estoque	(4.824)	(14.970)	(341.018)	(76.804)
Impostos, taxas e contribuições	50.651	(3.359)	38.122	(37.489)
Fornecedores	(112.161)	(224.942)	(330.823)	(266.421)
Provisões e encargos trabalhistas	(1.203)	17.647	525	26.746
Mútuos	156.617	(1.061.204)	-	819
Operações comerciais com partes relacionadas	(111.803)	54.585	1	4.587
Recebimentos antecipados CCC	-	-	-	20.216
Dividendos a receber	6.339	-	-	-
Outros ativos e passivos	55.899	22.670	(13.825)	16.584
	(49.452)	**(1.207.064)**	**(770.877)**	**(226.793)**
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(56.602)	(9.197)	(94.996)	(45.389)
Dividendos recebidos	318.452	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa líquido gerados (consumidos) pelas atividades operacionais	**1.009.883**	**(865.579)**	**1.232.792**	**1.245.953**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado e intangível	(289.781)	(305.240)	(1.135.825)	(2.087.981)
Aporte de capital em investida	(20.361)	(837.515)	-	(2.100)
Adiantamento para futuro aumento de capital	96.308	(57.471)	-	-
Recebimento pela venda de participação em controladas	-	18.782	-	18.782
Títulos e valores mobiliários	(194.447)	(16.156)	(109.857)	(194.967)
Caixa e equivalentes de caixa líquido consumidos nas atividades de investimentos	**(408.281)**	**(1.197.600)**	**(1.245.682)**	**(2.266.266)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento do passivo de arrendamento	(44.646)	(24.657)	(65.221)	(57.734)
Recompra de ações próprias	-	-	(154.258)	-
Captações de financiamentos	-	2.097.968	480.872	3.371.097
Amortizações do principal - financiamentos	(15.447)	(511.869)	(116.075)	(2.024.276)
Juros pagos	(214.701)	(159.286)	(403.573)	(354.305)
Custos de captações	-	(70.118)	-	(92.249)
Depósitos vinculados	-	-	(121.498)	45.130
Caixa e equivalentes de caixa líquido gerados (consumidos) nas atividades de financiamentos	**(274.794)**	**1.332.038**	**(379.753)**	**887.663**
Aumento / Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	**326.808**	**(731.141)**	**(392.643)**	**(132.650)**
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	275.334	1.006.475	1.384.933	1.517.583
No fim do exercício	602.142	275.334	992.290	1.384.933
Aumento / Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	**326.808**	**(731.141)**	**(392.643)**	**(132.650)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas	**1.691.319**	**906.466**	**5.779.893**	**3.649.119**
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.690.990	888.327	5.636.882	3.545.106
Outras receitas	329	18.139	143.011	104.013
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	**(230.463)**	**(234.225)**	**(2.218.966)**	**(1.222.831)**
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(229.467)	(230.959)	(1.166.092)	(943.194)
Insumos de geração	-	-	(1.201.827)	(328.421)
Perda e recuperação de valores ativos	(996)	(3.266)	148.953	48.784
Valor adicionado bruto	**1.460.856**	**672.241**	**3.560.927**	**2.426.288**
Depreciação e amortização	(212.873)	(153.968)	(608.837)	(482.150)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**1.247.983**	**518.273**	**2.952.090**	**1.944.138**
Valor adicionado recebido em transferência	**923.322**	**745.509**	**151.162**	**183.295**
Resultado de equivalência patrimonial	665.557	554.852	(723)	(8.763)
Receitas financeiras	161.123	109.654	148.492	186.864
Juros sobre operações de mútuos e debêntures	56.508	40.354	651	-
Serviços compartilhados	40.120	39.966	-	-
Outros	14	683	2.742	5.194
Valor adicionado total a distribuir	**2.171.305**	**1.263.782**	**3.103.252**	**2.127.433**
Distribuição do valor adicionado	**2.171.305**	**1.263.782**	**3.103.252**	**2.127.433**
Pessoal	**208.087**	**152.783**	**381.701**	**304.776**
Remuneração direta	139.442	87.621	269.195	202.162
Benefícios	60.795	59.901	97.212	91.963
FGTS e contribuições	7.850	5.261	15.294	10.651
Impostos, taxas e contribuições	**637.273**	**(46.896)**	**1.207.838**	**311.640**
Federal	334.528	(139.143)	899.642	184.680
Estadual	86.461	25.688	42.299	28.679
Municipal	740	845	783	1.177
Taxas e contribuições	215.544	65.714	265.114	97.104
Remuneração capital de terceiros	**152.645**	**150.289**	**340.421**	**504.481**
Juros de empréstimos e debêntures	88.303	85.058	179.552	287.206
Outras despesas financeiras	42.327	41.226	66.885	74.942
Variação cambial e monetária	17.381	17.544	76.034	121.056
Aluguéis	7.449	6.285	24.649	19.323
Outros	(2.815)	176	(6.699)	1.954
Remuneração de capital próprio	**1.173.300**	**1.007.606**	**1.173.292**	**1.006.536**
Lucro líquido do exercício	1.173.300	1.007.606	1.173.300	1.007.606
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas não controladores	-	-	(8)	(1.070)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas
às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional*

SUMÁRIO

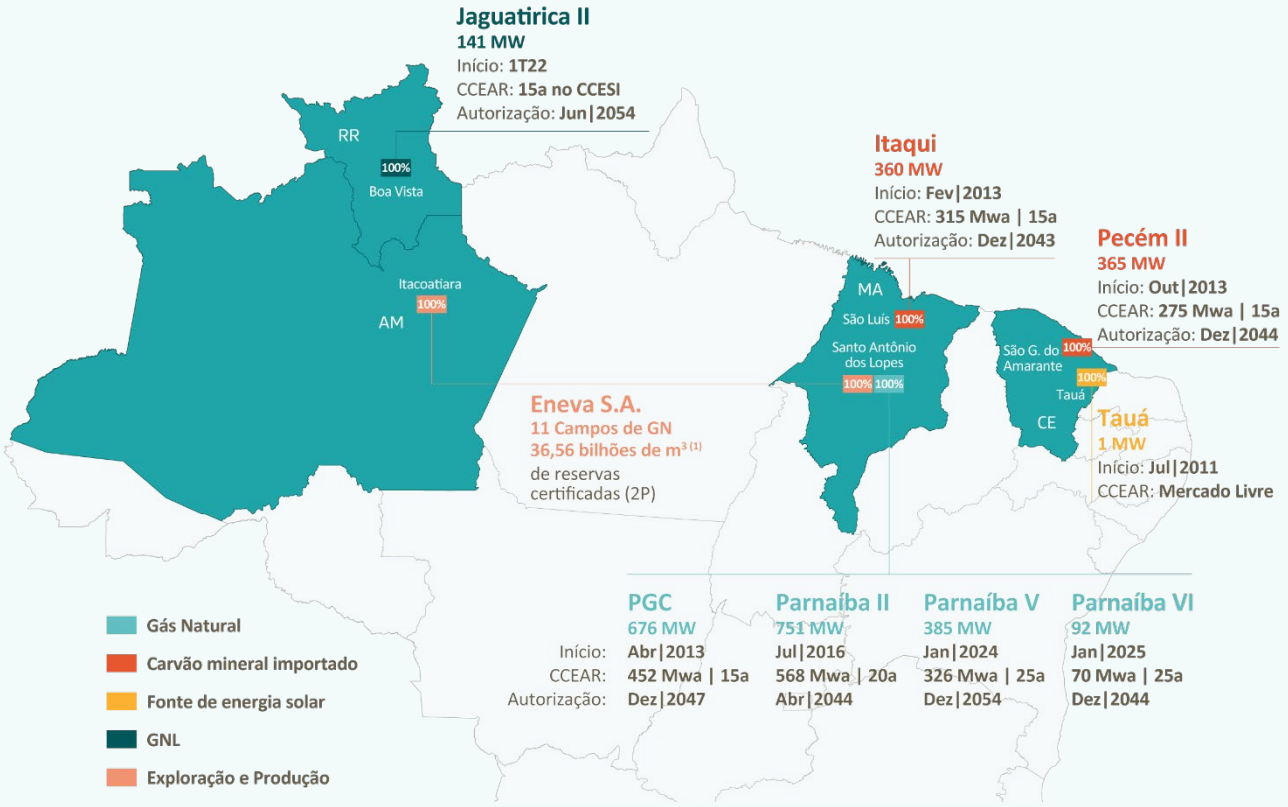
A Eneva S.A. (a "Companhia" ou "Eneva") é uma sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código "ENEV3", com sede no município e estado do Rio de Janeiro, que atua na geração e comercialização de energia elétrica e na exploração e produção (E&P) de gás natural, no Brasil.

A Eneva tem um parque de geração térmica com 3,1 GW de capacidade contratada (70% operacional), sendo 2,3 GW a gás natural (76%) e 725 MW a carvão mineral (24%). É a segunda maior empresa em capacidade térmica do país, responsável por 9% da capacidade térmica a gás instalada nacional.

A Eneva possui uma área exploratória total superior a 64 mil km² localizada na Bacia do Parnaíba, no estado do Maranhão, na Bacia do Amazonas e Solimões, no estado do Amazonas, e na Bacia do Paraná, localizada entre os estados de Goiás e Mato Grosso do Sul.

Atualmente, a Companhia possui onze campos aptos a produzir, sendo dez declarados comerciais na Bacia do Parnaíba e um adquirido a partir de processo de cessão na Bacia do Amazonas. A Companhia também é concessionária da área de acumulação marginal de Juruá, na Bacia de Solimões. Desses, seis estão em produção, sendo cinco destinados totalmente ao abastecimento das termelétricas a gás natural localizadas no estado do Maranhão ("Complexo Parnaíba"), assumindo assim um compromisso de produção de 8,4 milhões de m³/dia; e um no Amazonas para abastecimento da termelétrica de Jaguatirica II, em Roraima.

Empreendimentos



(*) As informações operacionais referentes à capacidade instalada, à capacidade contratada, à produção e à área não são auditadas por auditor independente.

1.1 Eventos significativos do exercício:

Pandemia de COVID-19 - Contexto, iniciativas e impactos

Desde as primeiras manifestações das autoridades públicas acerca da proliferação da COVID-19, monitoramos de perto e aderimos de forma imediata a todos os protocolos recomendados, com foco tanto na segurança de nossas equipes, próprias e terceiras, quanto das comunidades do entorno das operações. Adicionalmente, cientes de nosso papel nas localidades de atuação, realizamos doações de materiais de higiene, de saúde e de proteção individual. Além dessas ações, a Companhia mantém a prática de home office para algumas funções administrativas e não operacionais e aplicação de testes rápidos em seus colaboradores.

Além disso, continuamos acompanhando os potenciais impactos contábeis e financeiros, principalmente relacionados aos tópicos discorridos adiante:

(a) Receita e avaliação de perdas de créditos

A Companhia permanece sem identificar impacto relevante decorrente da pandemia em suas receitas operacionais oriundas do segmento de geração de energia (térmicas a gás e térmicas a carvão) e no segmento de comercialização de energia, até o presente momento.

Dessa forma, não foi identificada pela Companhia alteração na matriz de risco que impactasse o reconhecimento de receita, bem como a probabilidade de realização de recebíveis, conforme estabelecido no IFRS15/CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e no IFRS9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

(b) Avaliação de indicativo de *impairment* de ativos não financeiros e de recuperabilidade de IRPJ e CSLL diferidos

A Companhia realizou o acompanhamento das principais premissas operacionais e macroeconômicas, e não foi evidenciada perda de recuperabilidade de valor contábil nos ativos imobilizado e intangível (considerando a vida útil de cada usina) e para a recuperabilidade do ativo fiscal diferido. As premissas utilizadas para avaliação desses ativos não financeiros (imobilizado e intangível) e de recuperabilidade de IRPJ e CSLL diferidos, estão na nota explicativa nº 13 – "Imobilizado".

(c) Projetos em construção

O projeto em construção Parnaíba V, com capacidade total instalada de 385MW, está previsto para iniciar sua operação no primeiro semestre de 2022.

Inauguramos, no dia 27 de setembro de 2021, a Unidade de Tratamento de Gás (UTG) Azulão, que faz parte do projeto integrado Azulão-Jaguatirica e está localizada no município de Silves, no interior do Amazonas. O gás produzido em Azulão é liquefeito e transportado em carretas com tanques criogênicos até Boa Vista (RR), onde abastece a usina termelétrica Jaguatirica II, com capacidade instalada de 141MW e que vai gerar energia suficiente para atender cerca de 70% do estado de Roraima. No primeiro trimestre de 2022, a termelétrica Jaguatirica II recebeu autorização da ANEEL para iniciar a operação comercial de parte de suas unidades geradoras, conforme nota explicativa n° 30 – "Eventos subsequentes".

Operacional, Financeiro e Societário

Ao longo do ano de 2021, diante da declaração de que o país passa pela pior crise hidrológica desde 1930 pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), observou-se o aumento da geração térmica. Em 2021, a curva de despacho foi de 72% (45% em 2020) da capacidade das usinas. Esse aumento no despacho gerou reflexos positivos nos resultados operacionais principalmente relacionados à receita variável no ambiente regulado ("ACR").

No mês de dezembro, a Companhia sagrou-se vitoriosa na comercialização do produto potência no Leilão de Reserva de Capacidade, de 2021, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, com os seguintes empreendimentos:

UTE Parnaíba IV - Firmou compromisso de venda de potência de 39 MW, pelo prazo de 15 anos, para entrega a partir de 1º de julho de 2026, assegurando receita fixa anual durante o período de suprimento de R$ 32.083 mil, reajustada anualmente conforme a variação do IPCA. De acordo com o Contrato de Reserva de Capacidade para Potência - CRCAP, a receita fixa será paga pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que promoverá a cobrança e o recolhimento do Encargo de Potência para Reserva de Capacidade.

UTE Azulão - Firmou compromisso de venda de potência de 295 MW, também pelo prazo de 15 anos, para entrega a partir de 1º de julho de 2026, assegurando receita fixa anual durante o período de suprimento de R$ 216.870 mil, reajustada anualmente conforme a variação do IPCA.

O prazo de construção previsto da UTE Azulão é de até 36 (trinta e seis) meses, com início da implantação previsto para o segundo semestre de 2022. O investimento total estimado para a totalidade do projeto é de R$ 1,3 bilhão, sendo aproximadamente 33% em moeda estrangeira. Este empreendimento está localizado em área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e é elegível ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI.

Dadas as características do leilão de capacidade, onde comercializamos apenas potência, as usinas ainda poderão comercializar sua energia no ambiente de contratação livre ou regulado ou operar na modalidade *merchant*, fazendo jus ao recebimento de receita adicional.

(a) Exploração e Produção (E&P) de gás natural

Em 26 de fevereiro de 2021, a Companhia apresentou à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a declaração de comercialidade da acumulação Fortuna, descoberta no Bloco PN-T-102A, na Bacia do Parnaíba. A acumulação Fortuna recebeu a denominação de Campo Gavião Belo (GVBL), que é o décimo campo na Bacia do Parnaíba a ser declarado comercial.

Em 29 de junho de 2021, foram assinados os contratos de concessão dos ativos adquiridos pela Companhia no segundo ciclo da Oferta Permanente da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), realizado no dia 04 de dezembro de 2020, no qual foram adquiridos:

(i) Na Bacia do Amazonas, no estado do Amazonas, 100% de participação em três blocos terrestres AM-T-62, AM-T-84 e AM-T-85, tendo ofertado um Programa Exploratório Mínimo ("PEM") total de 11.414 Unidades de Trabalho ("UT"), a ser executado ao longo de 8 anos, na área total arrematada de 7.224 km². O valor pago referente ao bônus de assinatura para esses blocos foi de R$ 16,3 milhões.

(ii) Na Bacia do Solimões, 100% de participação da área de Juruá ("Juruá"), situada a 725 km a sudoeste de Manaus (Amazonas) e a 110 km a oeste dos campos de gás e óleo de Urucu. O valor pago referente ao bônus de assinatura ofertado por Juruá foi de R$ 25,7 milhões.

(iii) Na Bacia do Paraná, 70% de participação nos quatro blocos PAR-T-196, PAR-T-215, PAR-T-86, PART-99, em consórcio com a Enauta Energia S.A., que será operado pela Eneva. Esses blocos exploratórios estão localizados nos estados do Mato Grosso do Sul e de Goiás, com área de aproximadamente 11.544 km². O PEM ofertado para 100% dos blocos foi de 7.548 UTs, a ser executado em até 6 anos, e o valor pago referente ao bônus de assinatura ofertado foi de R$ 2,1 milhões.

(b) *Funding* dos projetos de capital

Parnaíba Geração e Comercialização – liberação de R$ 112 milhões de parcelas dos financiamentos junto ao BNB, principalmente para atender aos compromissos dos investimentos em andamento.

Azulão Geração de Energia – liberação de R$ 48 milhões junto ao BASA, reforçando o caixa da Companhia para fazer frentes aos investimentos em andamento e abertura de crédito fixo para Azulão Geração de Energia S.A., com utilização de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA, firmado em 15 de dezembro de 2021, no valor de R$ 286 milhões.

Parnaíba VI – abertura de crédito fixo para Parnaíba II Geração de Energia S.A., com utilização de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE, firmado em 22 de dezembro de 2021, no valor de R$ 274 milhões.

Combinação de Negócios

Em 15 de dezembro de 2021, a Companhia celebrou com a Focus Energia Holding Participações S.A. ("Focus"), acordo de combinação de negócios, por meio do qual estabeleceram termos e condições para a incorporação da Focus pela Eneva e a subscrição privada, pela Companhia, de debêntures não conversíveis de emissão da Focus. Os principais termos e condições encontram-se na nota explicativa n° 30 – "Eventos Subsequentes".

Troféu Transparência

Em agosto, a Eneva sagrou-se pela primeira vez, entre duas mil empresas, uma das vencedoras do "Troféu Transparência – Prêmio ANEFAC – FIPECAFI". O prêmio é concedido pela ANEFAC (Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade) com o objetivo de reconhecer as melhores práticas contábeis, avaliando a transparência, objetividade e relevância das informações prestadas ao mercado.

Essa é uma premiação muito importante, pois reconhece o compromisso da Companhia com as melhores práticas de governança na divulgação das Demonstrações Financeiras.

2. Licenças e autorizações

SUMÁRIO

A Companhia busca uma atuação de excelência pautada por uma gestão responsável dos impactos que a sua atividade pode gerar na sociedade, no meio ambiente e nas comunidades do entorno de suas operações. Por meio de um sistema de controle de prazos e cumprimento de requisitos legais, é feita a gestão de mais de 100 licenças e autorizações ambientais, totalizando mais de 1.000 condicionantes distribuídas em unidades operacionais.

Em 2021, a Companhia manteve todas as licenças necessárias para os ativos, tendo sido emitidas 99 licenças e autorizações de forma a garantir o fortalecimento e a expansão de suas atividades. Nesse período, destaca-se (i) a renovação de todas as licenças de operação do Complexo Parnaíba, (ii) 10 Licenças Prévias de Perfuração que permitiram o desenvolvimento da campanha de poços no Maranhão, (iii) mais 9 poços de água licenciados, (iv) licença de instalação, (vi) Licença de Instalação para Parnaíba VI, (vii) Licença de Operação para Parnaíba V, (viii) Renovação da Licença de Operação para UTE Pecém II, (ix) Licenças de Operação para Jaguatirica II e Azulão, (x) licenças para perfuração de mais 4 poços exploratórios no Amazonas e (xii) Licença Prévia para UTE Azulão.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

SUMÁRIO

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota explicativa nº 4 – "Resumo das principais práticas e políticas contábeis".

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota explicativa nº 5 – "Estimativas e julgamentos contábeis críticos".

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 14 de março de 2022 e pelo Conselho de Administração em 21 de março de 2022.

Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Assim, essas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BR GAAP e CPC) e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os custos relativos às debêntures emitidas pela Eneva S.A. (3º série), que têm por finalidade a construção do projeto Parnaíba V, estão registrados na conta de "investimento em controladas", em consonância com o parágrafo 8º, do CPC 43 – Adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPCs 15 a 41.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, esses custos são apresentados na conta imobilizado. Desse modo, não existe diferença entre o patrimônio líquido individual da controladora e o patrimônio líquido consolidado.

Além disso, os custos relativos a recompra de ações próprias, que visam a aquisição de ações de emissão da Eneva S.A. pela controlada Parnaíba II Geração de Energia S.A., para fazer frente às obrigações dos planos de incentivo de remuneração de longo prazo baseado em ações. A recompra de ações pela Parnaíba II foi realizada devido a ausência de reservas de lucro e capital na Eneva S.A., conforme exigência da Lei 6.404 em seu artigo 30.

Nas demonstrações financeiras individuais esses custos estão registrados no investimento e na demonstrações financeiras consolidadas, esses custos são apresentados no patrimônio líquido na conta de ações em tesouraria.

Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Essa demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

A Companhia adotou as alterações ao CPC 06 (R2) – "Arrendamentos" e do CPC 48 – "Instrumentos Financeiros" sobre definição do termo "Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2", a partir de 1º de janeiro de 2021, sem impactos relevantes. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

Adicionalmente, A partir de 01.01.2022, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Correlação com o IASB	Impactos contábeis
Revisão de pronunciamentos Técnicos nº 19		
Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios, CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	Annual Improvements to IFRS Standards 2018- 2020; Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use; Onerous contracts – Costs of Fulfilling a contract; e Reference to the Conceptual Framework	Sem impactos relevantes
Alterações à IAS 16 (CPC 27) – Imobilizado — Recursos antes do uso pretendido		
As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado	IAS 16	As receitas de teste serão registradas no resultado da Companhia, a partir da data de aplicação da norma, e os efeitos não são relevantes.

4. Resumo das principais práticas e políticas contábeis

SUMÁRIO

4.1 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isso é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu investimento e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da controladora e daquelas empresas onde a Companhia detém o controle (diretamente e indiretamente), conforme detalhadas na nota explicativa nº 12 "Investimentos".

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) das quais a Companhia detém o controle. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de exercer o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos, inclusive os passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios, são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida de acordo com a parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisições são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre partes relacionadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(b) Transações com participações de acionistas não controladores

Os investimentos detidos por outros investidores nas controladas da Eneva são classificados como "participações de acionistas não controladores".

Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido.

(c) Empreendimentos controlados em conjunto

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Esses investimentos são classificados como operações em conjunto (*joint operations)* ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, os passivos, as receitas e as despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

Os investimentos em *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas *joint ventures* é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações patrimoniais é reconhecida no patrimônio da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenham incorrido obrigações ou pagamentos em nome controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e as controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das *joint ventures* são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

4.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas ligadas à Companhia são mensurados com base na moeda do principal ambiente econômico no qual cada empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia e suas controladas, exceto a controlada Parnaíba BV., conforme mencionado no item (c).

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são reavaliados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificados como *hedge accounting,* que são reconhecidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com operações comerciais, empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

(c) Empresa com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira da controlada Parnaíba B.V., cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

(i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.

(ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).

(iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda.

4.3 Participação nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados de funcionários e diretores com base em metas corporativas estabelecidas atreladas ao plano de desenvolvimento e crescimento da Companhia. A participação nos resultados é composta por avaliação das metas de todos os colaboradores e da Diretoria.

4.4 Provisões

São reconhecidas quando existe uma obrigação presente, legal ou não formalizada, resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para a sua liquidação, e que essa obrigação possa ser razoavelmente estimada. A atualização da provisão ao longo do tempo é reconhecida como despesa financeira.

As demais práticas contábeis relevantes da Companhia e suas controladas estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

5. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

SUMÁRIO

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

5.1 Estimativas

5.1.1 Incertezas sobre premissas e estimativas

(i) **Nota explicativa nº 18 – "Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos"** - Ativos e passivos financeiros por meio de derivativos e expectativa sobre o mercado de commodities.

(ii) **Nota explicativa nº 14 – "Intangível"** - As reservas de gás natural são calculadas tendo por base informações econômicas, geológicas e de engenharia, como perfis de poço e dados de pressão, dentre outros. Os volumes de reservas são utilizados para o cálculo das taxas de depreciação/depleção/amortização no método de unidades produzidas e nos testes de recuperabilidade dos ativos (*impairment*). A determinação da estimativa do volume de reservas requer julgamento significativo e está sujeita a revisões, no mínimo anualmente, realizadas a partir de reavaliação de dados preexistentes e/ou novas informações disponíveis relacionadas à produção e geologia dos reservatórios, bem como a alterações em preços e custos utilizados. As revisões podem, também, resultar de alterações significativas na estratégia de desenvolvimento da Companhia ou na capacidade de produção.

(iii) **Nota explicativa nº 13.2 – "Avaliação de *impairment*"** - A Companhia testa eventuais perdas nos ativos, de acordo com as políticas contábeis descritas nas notas explicativa especificas. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso.

(iv) **Nota explicativa nº 11 – "Impostos a recuperar e diferidos"** - Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos - Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os adotados para fins de tributação e sobre prejuízos fiscais na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão compensados. A projeção dos lucros tributáveis futuros está alinhada com o plano estratégico da Companhia e o período estimado de realização dos impostos diferidos é de 13 a 14 anos.

(v) **Nota explicativa nº 20 – "Provisão para obrigação de abandono"** - Impacto das reservas de gás natural nas estimativas de custos com obrigações de desmantelamento de áreas - a estimativa do momento de realização dos custos com obrigações de desmantelamento de áreas é baseada no prazo de exaustão das reservas provadas de acordo com os critérios estabelecidos pela ANP/SPE. Revisões nas estimativas de reservas que impliquem em mudanças no prazo de exaustão podem afetar a provisão para desmantelamento de áreas. O reconhecimento contábil dessas obrigações deve ser realizado com base no valor presente, utilizando-se uma taxa de desconto. Longos períodos até a data de abandono e variações na taxa de desconto, por menor que sejam, podem ocasionar grandes variações no valor reconhecido.

(vi) **Valor justo dos contratos de energia** - Resultado da marcação a mercado (MtM) dos contratos de compra e venda de energia para entrega futura da carteira de trading da Comercializadora de Energia é calculado como o somatório das diferenças entre o valor contratado e o valor de mercado atual de cada posição em aberto, trazidas a valor presente pela taxa de desconto correspondente. O valor de mercado de cada posição em aberto é calculado pela multiplicação da quantidade de energia pelo preço de mercado correspondente ao submercado, fonte e maturidade (prazo para o suprimento) associado. As curvas de preços de mercado utilizadas para a marcação a mercado refletem o valor de saída das posições de energia, e baseiam-se em referências de preços de mercado independentes e na visão interna da empresa.

5.2 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

(i) **Nota explicativa nº 19 – "Provisão para contingências"** - Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas, administrativos e regulatórios, por meio da análise da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

6. Informações por segmento [1]

SUMÁRIO

Um segmento de negócio é um componente identificável da Companhia, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos demais segmentos de negócio.

A Administração da Companhia gerencia seus empreendimentos com base em cinco segmentos de negócios principais, sendo: (i) térmicas a gás, (ii) *upstream*, (iii) térmicas a carvão, (iv) comercialização de energia e (v) holding e outros.

As atividades de cada segmento têm seu desempenho avaliado pela Diretoria Executiva da Companhia e refletem a estrutura do modelo de negócio adotado. Cabe destacar que as operações entre a Companhia e suas controladas, bem como as operações entre as controladas, são integralmente eliminadas para a apresentação dos saldos por segmento.

Segue abaixo a descrição dos segmentos:

i. Térmicas a gás

Fazem parte desse segmento as controladas Parnaíba II Geração de Energia S.A. e Parnaíba Geração e Comercialização S.A., compondo o Complexo do Parnaíba, no Maranhão. O referido complexo possui capacidade total instalada de, aproximadamente, 1,4 GW e terá a capacidade de 2,0 GW a partir da conclusão das obras de fechamento de ciclo, conhecido como projeto Parnaíba V, com previsão de conclusão no 1º semestre de 2022 e projeto de Parnaíba VI que tem como objetivo a expansão da usina termelétrica UTE MC2 Nova Venécia 2 ("Parnaíba II"), com capacidade instalada adicional de 92,3 MW, com conclusão prevista para o 2º semestre de 2024.

Todo o complexo está conectado ao Subsistema Norte de geração e transmissão de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Adicionalmente, o segmento de geração térmica a gás conta com o projeto Azulão-Jaguatirica, com capacidade instalada de 141 MW, em implantação na cidade de Boa Vista, estado de Roraima. No primeiro trimestre de 2022, a termelétrica Jaguatirica II recebeu autorização da ANEEL para iniciar a operação comercial de parte de suas unidades geradoras, conforme nota explicativa n° 30 – "Eventos subsequentes".

ii. Upstream

Nesse segmento, a Companhia opera 11 campos de gás natural nas Bacias do Parnaíba e Amazonas e, adicionalmente, possui contratos de concessão para exploração e produção (E&P) de hidrocarbonetos em mais de 64.000 km².

A Companhia possui compromisso de produção de 9 milhões de m³ de gás natural por dia, sendo 8,4 milhões m³ destinados ao abastecimento do Complexo do Parnaíba e 0,6 milhões de m³ destinados ao abastecimento da UTE Jaguatirica II, consolidando o modelo *Reservoir-to-Wire* ("R2W"), implementado de forma pioneira no país. Esse segmento é composto pelas Companhias Eneva S.A. e Parnaíba B.V.

iii. Térmicas a carvão

Esse segmento é composto pelas controladas Itaqui Geração de Energia S.A., que possui capacidade instalada de 360 MW, localizada no estado do Maranhão, conectada ao Subsistema Norte, e Pecém II Geração de Energia S.A., com capacidade instalada de 365 MW, localizada no estado do Ceará, conectada ao Subsistema Nordeste. Ambas com transmissão de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN).

iv. Comercialização de Energia

Nesse segmento, ocorre a comercialização de contratos de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL), obrigatoriamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), por intermédio da controlada indireta Eneva Comercializadora de Energia Ltda.

v. Holding e Outros

Esse segmento é composto pela Eneva Participações S.A., além das empresas mantidas para o desenvolvimento de projetos.

A seguir são apresentados, por segmento, o balanço patrimonial e as demonstrações de resultados na data base de 31 de dezembro de 2021 e 2020.

[1] *As informações referentes à capacidade instalada, citadas nos itens "i" e "iii", aos blocos exploratórios e campos, citados no tem "ii" não são auditadas pelos auditores independentes das demonstrações financeiras.*

Contas patrimoniais 31/12/2021:

	Geração a Gás Natural										
	Térmicas a Gás	*Upstream*	Eliminações	Subtotal Consolidado	Térmicas a Carvão	Eliminações	Subtotal Consolidado	Comercialização de Energia	Holding e Outros	Eliminações	Total do Consolidado
Total do ativo	**6.971.058**	**8.038.651**	**(350.015)**	**14.659.694**	**5.012.849**	**-**	**5.012.849**	**184.003**	**326.409**	**(1.938.400)**	**18.244.555**
Circulante	**872.628**	**1.543.500**	**(158.022)**	**2.258.106**	**1.081.749**	**-**	**1.081.749**	**67.693**	**70.428**	**(288.475)**	**3.189.501**
Caixa e equivalentes	257.176	604.152	-	861.328	100.389	-	100.389	6.485	24.088	-	992.290
Contas a receber	366.584	1.718	-	368.302	310.855	-	310.855	39.397	281	-	718.835
Estoque	36.668	50.101	-	86.769	433.253	-	433.253	-	11	-	520.033
Outros ativos	212.200	887.529	(158.022)	941.707	237.252	-	237.252	21.811	46.048	(288.475)	958.343
Não circulante	**6.098.430**	**6.495.151**	**(191.993)**	**12.401.588**	**3.931.100**	**-**	**3.931.100**	**116.310**	**255.981**	**(1.649.925)**	**15.055.054**
IR e CS Diferido	16.171	480.791	-	496.962	237.965	-	237.965	32.663	43	-	767.633
Imobilizado e intangível	6.060.489	3.548.841	-	9.609.330	3.683.654	-	3.683.654	153	126.539	621.626	14.041.302
Outros ativos	21.770	2.465.519	(191.993)	2.295.296	9.481	-	9.481	83.494	129.399	(2.271.551)	246.119
Total do passivo	**6.971.058**	**8.038.651**	**(350.015)**	**14.659.694**	**5.012.849**	**-**	**5.012.849**	**184.003**	**326.409**	**(1.938.400)**	**18.244.555**
Circulante	**931.494**	**474.412**	**(240.508)**	**1.165.398**	**663.410**	**106**	**663.516**	**35.649**	**7.988**	**(436.013)**	**1.436.538**
Empréstimos	62.200	15.595	-	77.795	-	-	-	-	-	-	77.795
Debêntures	256.615	28.231	-	284.846	-	-	-	-	-	-	284.846
Outros passivos	612.679	430.586	(240.508)	802.757	663.410	106	663.516	35.649	7.988	(436.013)	1.073.897
Não circulante	**2.923.139**	**4.724.640**	**(109.507)**	**7.538.272**	**1.552.885**	**(106)**	**1.552.779**	**62.202**	**160.530**	**(1.502.389)**	**7.811.394**
Empréstimos	1.660.119	49.223	-	1.709.342	-	-	-	-	-	-	1.709.342
Debêntures	1.093.746	4.581.721	-	5.675.467	-	-	-	-	-	-	5.675.467
Outros passivos	169.274	93.696	(109.507)	153.463	1.552.885	(106)	1.552.779	62.202	160.530	(1.502.389)	426.585
Acionistas não controladores	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(3.431)**	**-**	**(3.431)**
Patrimônio Líquido	**3.116.425**	**2.839.599**	**-**	**5.956.024**	**2.796.554**	**-**	**2.796.554**	**86.152**	**161.322**	**2**	**9.000.054**

Contas patrimoniais 31/12/2020:

	Geração a Gás Natural										
	Térmicas a Gás	*Upstream*	Eliminações	Subtotal Consolidado	Térmicas a Carvão	Eliminações	Subtotal Consolidado	Comercialização de Energia	Holding e Outros	Eliminações	Total do Consolidado
Total do ativo	**6.603.693**	**6.117.417**	**(468.634)**	**12.252.476**	**4.698.796**	**(2.954)**	**4.695.842**	**155.985**	**833.036**	**(1.719.243)**	**16.218.096**
Circulante	**1.535.381**	**994.754**	**(300.994)**	**2.229.141**	**722.828**	**-**	**722.828**	**102.133**	**73.753**	**(197.453)**	**2.930.402**
Caixa e equivalentes	918.719	275.380	-	1.194.099	170.994	-	170.994	9.638	10.202	-	1.384.933
Contas a receber	415.149	99.741	(97.999)	416.891	248.329	-	248.329	35.744	-	-	700.964
Estoque	25.227	45.277	-	70.504	108.501	-	108.501	-	10	-	179.015
Outros ativos	176.286	574.356	(202.995)	547.647	195.004	-	195.004	56.751	63.541	(197.453)	665.490
Não circulante	**5.068.312**	**5.122.663**	**(167.640)**	**10.023.335**	**3.975.968**	**(2.954)**	**3.973.014**	**53.852**	**759.283**	**(1.521.790)**	**13.287.694**
IR e CS Diferido	24.092	503.142	-	527.234	294.190	-	294.190	43.599	36	-	865.059
Imobilizado e intangível	5.003.927	2.901.954	-	7.905.881	3.669.441	-	3.669.441	198	111.697	598.003	12.285.220
Outros ativos	40.293	1.717.567	(167.640)	1.590.220	12.337	(2.954)	9.383	10.055	647.550	(2.119.793)	137.415
Total do passivo	**6.603.693**	**6.117.417**	**(468.634)**	**12.252.476**	**4.698.796**	**(2.954)**	**4.695.842**	**155.985**	**833.036**	**(1.719.243)**	**16.218.096**
Circulante	**804.714**	**332.106**	**(358.597)**	**778.223**	**443.342**	**(497)**	**442.845**	**40.271**	**9.737**	**(205.137)**	**1.065.939**
Empréstimos	3.580	15.613	-	19.193	-	-	-	-	-	-	19.193
Debêntures	106.634	11.886	-	118.520	-	-	-	-	-	-	118.520
Outros passivos	694.500	304.607	(358.597)	640.510	443.342	(497)	442.845	40.271	9.737	(205.137)	928.226
Não circulante	**2.669.600**	**4.472.445**	**(110.037)**	**7.032.008**	**1.558.610**	**(2.457)**	**1.556.153**	**3.498**	**143.864**	**(1.514.106)**	**7.221.417**
Empréstimos	1.246.493	64.606	-	1.311.099	-	-	-	-	-	-	1.311.099
Debêntures	1.320.488	4.273.365	-	5.593.853	-	-	-	-	-	-	5.593.853
Outros passivos	102.619	134.474	(110.037)	127.056	1.558.610	(2.457)	1.556.153	3.498	143.864	(1.514.106)	316.465
Acionistas não controladores	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(3.423)**	**-**	**(3.423)**
Patrimônio líquido	**3.129.379**	**1.312.866**	**-**	**4.442.245**	**2.696.844**	**-**	**2.696.844**	**112.216**	**682.858**	**-**	**7.934.163**

2021

	Geração a Gás Natural										
	Térmicas a Gás	*Upstream*	Eliminações	Subtotal Consolidado	Térmicas a Carvão	Eliminações	Subtotal Consolidado	Comercialização de Energia	Holding e Outros	Eliminações	Total do Consolidado
Demonstração do resultado											
Receita operacional líquida	2.699.123	1.449.877	(1.378.076)	2.770.924	2.061.453	-	2.061.453	550.194	700	(258.830)	5.124.441
Custo de Bens e/ou Serviços vendidos	(2.278.288)	(476.600)	1.378.076	(1.376.812)	(1.557.191)	-	(1.557.191)	(504.780)	(1.753)	258.830	(3.181.706)
Despesas operacionais	(42.840)	(354.131)	-	(396.971)	(24.879)	-	(24.879)	(10.301)	(6.387)	(13.692)	(452.230)
Outros resultados operacionais	20.678	14.896	-	35.574	159.243	-	159.243	-	(443)	221	194.595
Despesas com exploração e poço seco	-	(92.538)	-	(92.538)	-	-	-	-	-	-	(92.538)
Equivalência patrimonial	-	665.715	(218.058)	447.657	170.560	(170.560)	-	-	43.331	(491.711)	(723)
Receita Financeira	44.410	217.711	-	262.121	53.167	-	53.167	1.199	2.972	(167.574)	151.885
Despesa Financeira	(144.685)	(157.696)	-	(302.381)	(203.865)	-	(203.865)	(121)	(248)	168.210	(338.405)
Provisão dos tributos correntes e diferidos	(53.007)	(94.630)	-	(147.637)	(72.030)	-	(72.030)	(12.257)	(103)	-	(232.027)
Lucro (Prejuízo) do exercício	**245.391**	**1.172.604**	**(218.058)**	**1.199.937**	**586.458**	**(170.560)**	**415.898**	**23.934**	**38.069**	**(504.546)**	**1.173.292**
Atribuído a sócios da empresa controladora	245.391	1.172.604	(218.058)	1.199.937	586.458	(170.560)	415.898	23.934	38.069	(504.538)	1.173.300
Atribuído a sócios não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8)	(8)

2020

	Geração a Gás Natural										
	Térmicas a Gás	*Upstream*	Eliminações	Subtotal Consolidado	Térmicas a Carvão	Eliminações	Subtotal Consolidado	Comercialização de Energia	Holding e Outros	Eliminações	Total do Consolidado
Demonstração do resultado											
Receita operacional líquida	1.819.668	791.720	(728.265)	1.883.123	1.173.926	-	1.173.926	489.655	282	(303.677)	3.243.309
Custo de bens e/ou serviços vendidos	(1.268.805)	(251.163)	723.805	(796.163)	(803.449)	-	(803.449)	(447.808)	(1.636)	303.677	(1.745.379)
Despesas operacionais	(26.004)	(241.822)	-	(267.826)	(24.206)	-	(24.206)	(7.300)	(6.365)	(13.692)	(319.389)
Outros resultados operacionais	(20.944)	37.550	-	16.606	60.940	-	60.940	11	(1.999)	586	76.144
Despesas com exploração e poço seco	-	(129.148)	-	(129.148)	-	-	-	-	-	-	(129.148)
Equivalência patrimonial	-	555.965	(252.567)	303.398	47.275	(47.400)	(125)	-	130.705	(442.741)	(8.763)
Receita financeira	17.529	70.641	(3.106)	85.064	144.516	-	144.516	1.475	1.580	(40.577)	192.058
Despesa financeira	(112.278)	(71.737)	7.566	(176.449)	(351.904)	-	(351.904)	(3.656)	(280)	40.577	(491.712)
Provisão dos tributos correntes e diferidos	(73.017)	252.256	-	179.239	(2.750)	-	(2.750)	13.248	(321)	-	189.416
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**336.149**	**1.014.262**	**(252.567)**	**1.097.844**	**244.348**	**(47.400)**	**196.948**	**45.625**	**121.966**	**(455.847)**	**1.006.536**
Atribuído a sócios da empresa controladora	336.149	1.014.262	(252.567)	1.097.844	244.348	(47.400)	196.948	45.625	121.966	(454.777)	1.007.606
Atribuído a sócios não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.070)	(1.070)

Receita bruta entre segmentos e clientes

	2021			2020		
	Receita Bruta Total do Segmento (a)	Receita Bruta *Intercompany**	Receita Bruta Clientes	Receita Bruta Total do Segmento	Receita Bruta *Intercompany**	Receita Bruta Clientes
Termicas a gás	3.011.650	233.989	2.777.661	2.023.781	76.129	1.947.652
Upstream	1.690.990	1.675.001	15.989	888.327	884.175	4.152
Carvão	2.309.381	-	2.309.381	1.322.023	-	1.322.023
Comercializadora de energia	603.127	51.223	551.904	539.565	258.501	281.064
Holding e outros	787	-	787	312	-	312
	7.615.935	1.960.213	5.655.722	4.774.008	1.218.805	3.555.203

* *Receita eliminada para fins de apresentação nas demonstrações financeiras consolidadas.*

(a) Análise da receita bruta total do segmento - por categoria

	2021						
	CCEAR		MCP *	Arrendamento		Gás e Condensado	Total
	Fixa Disponibilidade	Variável	Variável	Fixo	Variável	Variável	
Térmicas a gás (a)	1.356.466	1.070.538	584.646	-	-	-	3.011.650
Upstream (a)	-	-	-	291.773	594.407	804.810	1.690.990
Carvão	884.089	1.364.640	60.652	-	-	-	2.309.381
Comercializadora de energia (b)	-	-	603.127	-	-	-	603.127
Holding e outros	-	-	787	-	-	-	787
Total	2.240.555	2.435.178	1.249.212	291.773	594.407	804.810	7.615.935

	2020						
	CCEAR		MCP *	Arrendamento		Gás e Condensado	Total
	Fixa Disponibilidade	Variável	Variável	Fixo	Variável	Variável	
Térmicas a gás	1.282.358	348.030	393.393	-	-	-	2.023.781
Upstream	-	-	-	291.773	120.242	476.312	888.327
Carvão	837.817	315.869	168.337	-	-	-	1.322.023
Comercializadora de energia	-	-	539.565	-	-	-	539.565
Holding e outros	-	-	312	-	-	-	312
Total	2.120.175	663.899	1.101.607	291.773	120.242	476.312	4.774.008

* *MCP = Mercado de Curto Prazo (ambiente de contratação livre)*

a. *O incremento na receita em 31 de dezembro de 2021, em comparação com o mesmo período de 2020, é referente aos seguintes fatores: (i) atualização da receita fixa pelo IPCA, que ocorre sempre no 2º semestre de cada ano, (ii) maior despacho e preço de energia decorrentes da crise hídrica no país e (iii) aumento no arrendamento variável devido ao reajuste do preço de referência do gás natural pela ANP.*

b. *O volume de energia comercializado nas operações de trading com empresas não vinculadas ao grupo aumentou em função de oportunidades de mercado. Com isso, tivemos menores transações com partes relacionadas, e assim, menor receita eliminada.*

7. Caixa e equivalentes de caixa

SUMÁRIO

Prática contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrados na data do balanço a valor justo.

		Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Caixa e bancos		6.149	3.419	15.446	43.382
Fundos de investimentos	(a)	7.437	13.760	187.280	82.977
CDBs	(b)	588.556	258.155	789.564	1.258.574
		602.142	275.334	992.290	1.384.933

a. *Trata-se do fundo exclusivo de investimentos em Cotas de FI Renda Fixa Crédito Privado Eneva administrado pelo Banco Itaú. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo está composto somente por operações compromissadas, lastreadas por títulos públicos federais, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável. Essas operações possuem garantia de recompra diária à uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras.*

b. *Representam valores investidos em CDBs emitidos por instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média no ano sobre o DI CETIP ("CDI") de 100%. O incremento na controladora está relacionado substancialmente com os dividendos recebidos.*

As principais movimentações de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram baseadas, substancialmente, na geração de caixa operacional de R$ 1.232.792. As principais saídas foram destinadas a investimento na construção de Parnaíba V e do projeto Azulão-Jaguatirica, no montante de R$ 1.135.825, bem como à transferência de recursos financeiros para a Focus, relativas ao pagamento pelas debêntures privadas, vide notas explicativas nº 8 - "Títulos e valores mobiliários" e nº 30 - "Eventos subsequentes".

8. Títulos e valores mobiliários

SUMÁRIO

		Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Fundo de investimento	(a)	13.161	72.911	331.447	439.658
CDB		-	71.659	-	71.659
Debênture privada	(b)	354.000	-	354.000	-
		367.161	144.570	685.447	511.317

a. *Os papéis dos fundos de investimento classificados como títulos e valores mobiliários possuem vencimentos que ocorrerão entre 2022 e 2027, com liquidez diária, e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como títulos de renda fixa, títulos públicos, dentre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia e suas controladas. Adicionalmente, os fundos de investimento são aplicações em cotas (FIC), administrados pelo Banco Itaú, que alocam seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. A Companhia e suas controladas não possuem gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos, tampouco participação relevante (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido do fundo) conforme CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas;*

b. *Refere-se a debêntures privadas emitidas pela Focus Energia Holding Participações S.A., com vencimento em dezembro de 2022, e estão sujeitas a remuneração de acordo com a variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, acrescido de uma sobretaxa correspondente a 8% ao ano, pro rata temporis por dias úteis até a data do efetivo pagamento, sujeito a prazo de carência de 6 meses. A debênture privada faz parte da operação de combinação de negócios, conforme nota explicativa nº 30 – Eventos subsequentes item "Combinação de negócios".*

9. Contas a receber

SUMÁRIO

Prática contábil

As contas a receber de clientes da Companhia correspondem aos valores faturados pela venda de energia elétrica no curso normal das suas atividades. Inicialmente, o reconhecimento é pelo valor justo e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado, ajustado ao valor presente deduzido da perda de crédito esperada (PCE).

	Consolidado	
	2021	2020
Contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR):		
Azulão Geração de Energia S.A.	194	-
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	120.199	118.719
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	175.911	153.620
Pecém II Geração de Energia S.A.	155.985	99.191
Itaqui Geração de Energia S.A.	148.944	104.921
	605.233	476.451
Contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente livre (ACL):		
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	7.524	57.067
Eneva Comercializadora de Energia Ltda.	1.692	1.026
Pecém II Geração de Energia S.A.	5.788	29.413
Parnaíba Geração e Comercialização S.A.	58.741	85.692
Itaqui Geração de Energia S.A.	153	14.804
Tauá Geração de Energia Ltda.	9	-
	73.907	188.002
Contratos de comercialização de energia elétrica bilateral:		
Eneva Comercializadora de Energia Ltda.	48.068	45.410
Tauá Geração de Energia Ltda.	272	51
	48.340	45.461
Contratos de comercialização de gás condensado		
Eneva S.A.	1.718	1.413
	1.718	1.413
Perda de crédito esperada		
Provisão para perda de crédito esperada	(10.363)	(10.363)
	718.835	700.964

Avaliação do risco de crédito

O mercado de energia é um ambiente altamente regulado, com mecanismos mitigatórios ao risco de inadimplência dos seus agentes. A segurança financeira do mercado está pautada no modelo de Câmara de compensação multilateral e centralizada.

As operações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) são contabilizadas e liquidadas de forma multilateral, não havendo indicação de parte e contraparte. Esse modelo é benéfico para os agentes individualmente e para a estabilidade do mercado como um todo, minimizando a probabilidade de impactos negativos. Dessa forma, todos os agentes são garantidores das operações a serem liquidadas.

Adicionalmente, para os contratos comercializados bilateralmente é realizada uma análise de risco frente às contrapartes, antes da operação, através de informações auditadas, informações de mercado e situação atual da empresa e, posteriormente, através do registro do contrato na CCEE e o acompanhamento da empresa em relação aos pagamentos, que em caso de atraso, a energia negociada não é registrada e a contraparte fica com um déficit de energia, sujeito ao preço de energia atual no mercado (PLD) e a multa na Câmara Comercializadora de Energia Elétrica (CCEE).

O mercado de contratação livre de energia ainda conta com outras formas de mitigação do risco, como cláusulas contratuais, carta fiança, seguro garantia e outros.

Por todo contexto acima, entendemos que não há riscos de perda no contas a receber da Companhia, principalmente pelo ambiente de mercado em que estamos inseridos.

Não existem contas a receber em atraso e com expectativa de perda, exceto o saldo da Canabrava Energética S.A, no valor de R$ 10.363 mil, cuja provisão para perda de crédito esperada foi reconhecida integralmente em anos anteriores.

O detalhamento por tipo de recebivel está descrito na nota explicativa nº 25 – “Receita de venda de bens e/ou serviços”.

10. Estoques

SUMÁRIO

Prática contábil

Os estoques da Companhia são essencialmente compostos por materiais ou insumos a serem consumidos ou transformados no processo de geração de energia e exploração de gás. Eles são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. A mensuração dos estoques inclui também qualquer redução ao valor realizável líquido desses ativos. O método de avaliação dos estoques de insumos (principalmente carvão) é o da média ponderada móvel.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Materiais, suprimentos e outros (a)	27.284	21.125	57.901	39.559
Carvão (b)	-	-	372.471	65.530
Peças eletrônicas e mecânicas (c)	18.399	19.904	78.178	65.489
Lubrificantes e químicos	4.418	4.248	11.483	8.437
	50.101	45.277	520.033	179.015

a. *Saldo referente a materiais consumíveis necessários ao funcionamento das UTEs e UTG, tais como óleo diesel, condensado, cal e gás hidrogênio. Na controladora, o saldo de R$ 27.284 é composto por condensado e gás hidrogênio.*

b. *A variação ocorreu, principalmente, devido a aumentos da taxa de câmbio e do índice CIF ARA (preço médio do carvão no mercado global), este último devido ao aumento da demanda global por combustível para a geração de energia elétrica. Com o aumento da curva de despacho das usinas o consumo do estoque foi intensificado e foi preciso realizar compras ao longo de 2021. A posição atual do estoque reflete os maiores custos de aquisição do insumo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 18.1 - Risco de mercado.*

c. *O saldo é composto por peças eletrônicas e mecânicas para utilização e reposição nas operações e manutenções realizadas nas usinas e UTG.*

11. Impostos a recuperar e diferidos

SUMÁRIO

Prática contábil

Os encargos de IRPJ e CSLL correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço das investidas que geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações dos tributos sobre o lucro com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O IRPJ e a CSLL corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando há montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das Demonstrações Financeiras.

Os tributos diferidos sobre o lucro são compensados quando há um direito legalmente exequível sobre a mesma entidade tributável. Os ativos fiscais diferidos decorrentes de perdas fiscais e diferenças temporárias não são reconhecidos quando não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizados.

As despesas de IRPJ e CSLL do período são reconhecidas na demonstração do resultado, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Tributos a recuperar

O saldo da conta de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) a recuperar está representado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Imposto de Renda - IRPJ	50.743	18.805	77.658	48.318
Contribuição Social - CSLL	26.878	3.765	62.614	30.937
	77.621	22.570	140.272	79.255
Circulante	77.090	22.039	134.021	73.022
Não circulante	531	531	6.251	6.233

Os demais impostos a recuperar estão compostos por:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
PIS (a)	25.385	20.244	29.308	21.301
COFINS (a)	118.364	94.155	134.692	98.785
Outros	3.138	2.546	10.580	10.003
	146.887	116.945	174.580	130.089
Circulante	13.575	6.949	30.629	19.846
Não circulante	133.312	109.996	143.951	110.243

a. *Os saldos da Controladora referem-se a créditos de PIS/COFINS sobre gastos com ativo imobilizado do segmento de E&P cuja compensação ocorre proporcionalmente aos encargos de depreciação/amortização. No Consolidado, estão incluídos os créditos de PIS e Cofins sobre insumos e aquisições de ativo imobilizado das UTEs.*

Impostos diferidos

Segue abaixo a composição dos tributos diferidos por empresa e natureza:

	Consolidado 2021					
	Ativo Diferido				Passivo Diferido	Líquido
	Prejuízo Fiscal/ Base Negativa	Diferenças Temporárias	Total	Ativos Avaliados a Valor Justo	Diferenças Temporárias	
Eneva	476.444	58.335	534.779	79.082	(133.064)	480.797
Itaqui	181.419	28.116	209.535	-	(31.137)	178.398
PGC	4.070	30.143	34.213	-	(82.403)	(48.190)
Parnaíba II	52.609	1.871	54.480	-	(48.320)	6.160
Comercializadora de Energia	41.181	4.206	45.387	-	(12.724)	32.663
Eneva Participações	-	36	36	-	-	36
Pecém II Geração	77.178	11.805	88.983	-	(29.415)	59.568
Azulão	-	10.011	10.011	-	-	10.011
Outras	-	9	9	-	(13.227)	(13.218)
	832.901	144.532	(b) 977.433	79.082	(350.290)	(a) 706.225
Ativo diferido líquido						767.633
Passivo diferido líquido						(61.408)

	Consolidado 2020					
	Ativo Diferido				Passivo Diferido	Líquido
	Prejuízo Fiscal/ Base Negativa	Diferenças Temporárias	Total	Ativos avaliados a Valor justo	Diferenças Temporárias	
Eneva	519.019	47.611	566.630	79.082	(142.570)	503.142
Itaqui	187.441	42.009	229.450	-	(20.974)	208.476
PGC	24.293	32.779	57.072	-	(76.593)	(19.521)
Parnaíba II	58.962	4.564	63.526	-	(39.434)	24.092
Comercializadora de Energia	41.767	4.061	45.828	-	(2.229)	43.599
Eneva Participações	-	36	36	-	-	36
Pecém II Geração	96.801	10.940	107.741	-	(22.027)	85.714
Outras	-	54	54	-	(13.225)	(13.171)
	928.283	142.054	1.070.337	79.082	(317.052)	(a) 832.367
Ativo diferido líquido						865.059
Passivo diferido líquido						(32.692)

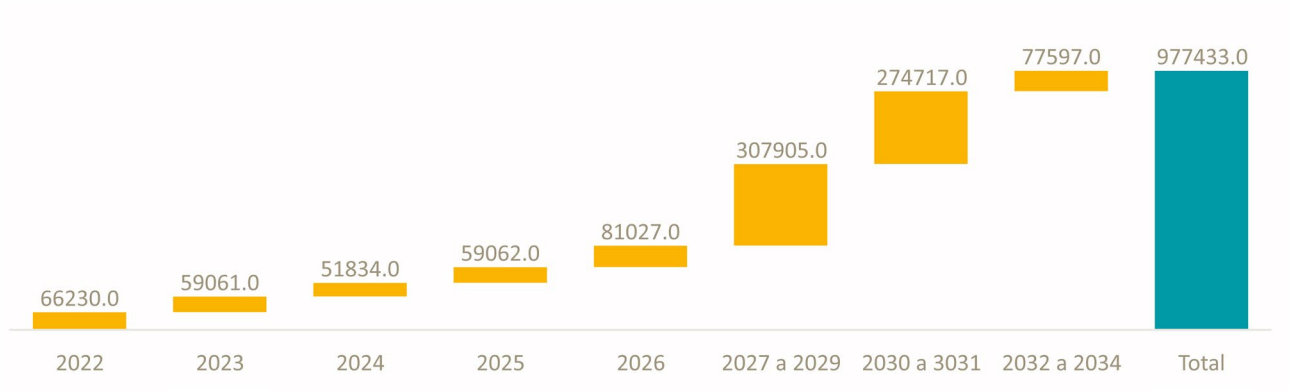
(a) Composição dos tributos diferidos por natureza (ativos e passivos):

	2021	2020
Prejuízo Fiscal/ Base Negativa	**832.901**	**928.283**
Ativos avaliados a Valor justo	**79.082**	**79.082**
Diferenças Temporárias:		
Provisões ativas	87.382	83.142
Gastos pré-operacionais – inclusive RTT *	57.150	58.912
Depreciação acelerada	(191.276)	(159.027)
Ganho por compra vantajosa	(90.951)	(98.262)
Mais-valia de ativos	(24.845)	(27.040)
Ajuste a valor justo	(30.493)	(30.493)
Provisões passivas	(12.725)	(2.230)
Total das diferenças temporárias	**(205.758)**	**(174.998)**
Ativo diferido	**1.056.515**	**1.149.419**
Passivo diferido	**(350.290)**	**(317.052)**
Diferido Líquido	**706.225**	**832.367**

* *Constituídos sobre saldo de gastos pré-operacionais que, por conta do Regime Tributário de Transição, passaram a ser controlados na Parte B do Lalur e, consequentemente, estão sendo excluídos para fins de determinação do lucro real, desde o início das operações, em quotas fixas mensais e no prazo máximo de 10 anos.*

(b) Montante constituído de ativo diferido baseado na estimativa de geração de lucros tributáveis futuros:

Expectativa de realização anual dos impostos diferidos*



* ***A projeção dos lucros tributáveis futuros está alinhada com o plano estratégico da Companhia e o período estimado de realização dos impostos diferidos é de 12 a 13 anos.***

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os tributos calculados sobre o lucro líquido compreendem o IRPJ (alíquota de 15% e adicional de 10%) e a CSLL (alíquota de 9%). A conciliação do valor calculado pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é demonstrada como segue:

		Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Resultado do exercício antes do IRPJ/CSLL		1.267.931	755.351	1.405.319	817.120
Alíquota nominal - %		34%	34%	34%	34%
IRPJ/CSLL à alíquota nominal		(431.097)	(256.819)	(477.808)	(277.821)
Resultado de equivalência patrimonial		230.998	193.683	(246)	(2.879)
Subvenção para investimento – ICMS	(a)	83.432	21.547	83.432	21.547
Outras diferenças permanentes	(b)	(11.151)	39.943	(15.186)	33.346
Ativo fiscal não constituído	(c)	6.118	26.140	9.990	77.164
Reversão de impairment		-	-	51.036	17.944
Redução benefício SUDENE e PAT	(d)	27.069	11.866	116.755	60.851
Constituição do diferido		-	215.895	-	259.264
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(e)	(94.631)	252.255	(232.027)	189.416
Despesa de IRPJ e CSLL corrente		(72.286)	(434)	(105.886)	(33.858)
IRPJ e CSLL diferidos		(22.345)	252.689	(126.141)	223.274
Total		(94.631)	252.255	(232.027)	189.416
Alíquota efetiva		7,46%	(33,40%)	16,51%	(23,18%)

a. *Subvenção para investimento referente a incentivo fiscal no estado do Maranhão, concedido pela Lei nº 9.463/2011, que consiste em crédito presumido de ICMS nas saídas de gás natural destinadas à usina termelétrica movida a esse combustível.*

b. *Referem-se às adições/exclusões permanentes da apuração de IRPJ/CSLL, tais como exercício de Stock options e respectivos encargos.*

c. *Refere-se à parcela de impostos diferidos de controladas que não foram registrados devido à incerteza quanto à sua recuperação.*

d. *O valor mais relevante se refere ao benefício fiscal regional concedido pela Sudene, que resulta em redução de até 75% do IRPJ, no período de 10 anos.*

e. *A variação da despesa corrente no exercício foi gerada, substancialmente, pelo aumento de despacho em função da crise hídrica, que impactou o lucro tributável, com consequente aumento do IRPJ/CSLL. Em relação ao diferido, em 2020 houve complemento de constituição do ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL. Em 2021, está ocorrendo a realização do referido ativo diferido em função da compensação dos prejuízos fiscais.*

12. Investimentos

SUMÁRIO

12.1 Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Participações societárias	6.433.877	6.267.315	9.532	9.633
Adiantamento para futuro aumento de capital	61.852	19.885	-	-
	6.495.729	6.287.200	9.532	9.633

As participações societárias da Companhia incluem as controladas (diretas e indiretas), controladas em conjunto e as coligadas. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos dos principais grupos de contas das investidas são os seguintes:

2021

	Participação Societária	Ativo Circulante	Ativo não Circulante	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Patrimônio Líquido	Resultado
Controladas (diretas e indiretas)							
Térmicas a Gás							
Azulão Geração de Energia S.A.	99,90%	3.321	2.101.275	156.015	982.165	966.416	(16.846)
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. (i)	100,00%	457.244	2.474.845	365.280	1.413.618	1.153.191	179.412
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	100,00%	394.333	1.690.006	315.643	688.485	1.080.211	82.828
Nossa Senhora de Fátima	100,00%	3	16.816	-	4.483	12.336	2
Upstream							
Parnaíba B.V.	100,00%	1.893	-	471	-	1.422	(834)
Térmicas a Carvão							
Itaqui Geração de Energia S.A.	100,00%	512.196	2.323.113	376.947	693.536	1.764.826	245.276
Pecém II Geração de Energia S.A.	100,00%	564.787	1.669.395	190.012	855.949	1.188.221	170.560
Pecém II Participações S.A.	100,00%	1.796	1.188.221	20	3.401	1.186.596	170.622
Comercialização de Energia							
Eneva Comercializadora de Energia Ltda. (i)	100,00%	106.146	36.758	40.697	16.056	86.151	23.934
Outros							
Amapari Energia S.A.	51,00%	61.774	1.207	2.447	65.947	(5.413)	(16)
Eneva Norte S.A.	100,00%	1	-	-	-	1	-
Eneva Participações S.A.	100,00%	5.002	197.981	4.958	34.050	163.975	40.632
Jandaíra Ventos S.A.	99,90%	-	-	-	-	-	(86)
Jandaíra II Ventos S.A.	99,90%	-	-	-	-	-	(65)
SPE´s Ventos (i)	100,00%	2	1.873	25	418	1.432	(15)
Seival Geração de Energia Ltda. (i)	100,00%	3.010	-	11	23.793	(20.794)	55
Sul Geração de Energia Ltda. (i)	100,00%	13	13.105	-	1.013	12.105	(15)
Termopantanal Ltda.	50,00%	10	7.464	1	9.731	(2.258)	-
Termopantanal Participações Ltda.	66,67%	10	400	1	2.726	(2.317)	-
Tauá Geração de Energia Ltda. (i)	66,67%	605	17.137	542	2.606	14.594	(1.786)
Sparta 300 Participações	100,00%						
Controladas em Conjunto							
MABE Construção e Administração de Projetos Ltda.	50,00%	1.933	4.238	3.038	2.351	782	(1.491)
PO&M - Pecém Operação e Manutenção de Geração Elétrica S.A.	50,00%	6.399	2.900	1.486	300	7.513	514
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	50,00%	12.379	3.161	4.029	742	10.769	797

							2020
	Participação Societária	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Resultado
Controladas (diretas e indiretas)							
Térmicas a gás							
Azulão Geração de Energia S.A.	99,90%	558.254	1.359.067	46.132	851.547	1.019.642	(3.733)
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	60,72%	347.665	2.176.222	414.302	1.127.255	982.330	179.431
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	90,00%	626.058	1.628.755	330.656	796.997	1.127.160	160.385
Upstream							
Parnaíba B.V.	100,00%	98.045	-	279	-	97.766	6.656
Térmicas a carvão							
Itaqui Geração de Energia S.A.	100,00%	367.159	2.266.967	259.605	734.971	1.639.550	149.342
Pecém II Geração de Energia S.A.	100,00%	348.258	1.752.002	215.343	825.843	1.059.074	47.400
Pecém II Participações S.A.	100,00%	1.828	1.059.074	74	3.442	1.057.386	47.606
Comercialização de energia							
Eneva Comercializadora de Energia Ltda.	100,00%	112.499	45.715	40.240	5.758	112.216	45.626
Outros							
Amapari Energia S.A.	51,00%	61.313	1.188	2.215	65.683	(5.397)	(2.183)
Eneva Participações S.A.	100,00%	9.292	722.868	5.698	35.098	691.364	125.967
Jandaíra Ventos S.A.	99,90%	-	-	-	-	-	(70)
Jandaíra II Ventos S.A.	99,90%	-	-	-	-	-	(54)
SPE´s Ventos *(a)*	100,00%	3	1.905	24	462	1.422	(489)
Seival Geração de Energia Ltda.	100,00%	3.104	-	96	23.857	(20.849)	412
Sul Geração de Energia Ltda.	50,00%	-	13.120	14	1.014	12.092	69
Termopantanal Ltda.	66,67%	10	7.464	1	9.731	(2.258)	-
Termopantanal Participações Ltda.	66,67%	10	400	1	2.726	(2.317)	-
Tauá Geração de Energia Ltda *(a)*	100,00%	71	17.478	769	6.061	10.719	(1.686)
Controladas em conjunto							
Centrais Termelétricas São Marcos S.A.	50,00%	20	-	-	-	20	(590)
MABE Construção e Administração de Projetos Ltda.	50,00%	6.455	3.224	4.617	2.789	2.273	(23.072)
PO&M - Pecém Operação e Manutenção de Geração Elétrica S.A.	50,00%	6.512	2.312	1.725	100	6.999	605
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	50,00%	12.366	4.321	4.148	2.565	9.974	7

12.2 Mutação do Investimento - valor patrimonial

Investimentos	Saldo em 2020	Transferência de Participação/Passivo a Descoberto	Integrali-zação/Redução de Capital	AFAC	Equiva-lência	Amorti-zação	Juros PGC	Hedge Accounting	Dividendos	Aquisição/Baixa de Investimento	Ações em Tesouraria	Ajuste de Avaliação Patrimonial/Reserva de Capital	Saldo em 2021
Azulão Geração de Energia S.A.	1.018.623	-	(97.250)	60.906	(16.829)	-	-	-	-	-	-	-	965.450
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia	667.750	399.187	-	-	167.249	-	83.944	1.199	(10.913)	-	-		1.308.416
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	1.014.444	132.165	2.000	-	73.388	-	-	(3.182)	(149.496)	-	(83.394)	10.892	996.817
Parnaíba B.V.	98.553	-	490	-	(834)	-	-	-	(103.120)	-	-	8.450	3.539
Itaqui Geração de Energia S.A.	1.639.550	-	-	-	245.276	-	-	-	(120.000)	-	-	-	1.764.826
Pecém II Participações S.A.	1.057.385	-	(19.008)	(216)	170.622	-	-	-	(22.187)	-	-	-	1.186.596
Eneva Participações S.A.	755.749	(531.352)	333.592	(376.986)	40.632	-	-	1.164	-	-	-	5.563	228.362
Nossa Senhora de Fátima	-	-	-	-	2	-	-	-	-	12.334	-	-	12.336
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	4.987	-		-	398	-	-	-	(1)	-	-	-	5.384
Pecém Oper. e Manutenção de Ger. Elétrica S.A.	3.500	-		-	257	-	-	-	-	-	-	-	3.757
Centrais Termelétrica São Marco S.A.	9	-	-	-	-	-	-	-	-	(9)	-	-	-
MABE Construção e Administração de Projeto	1.136	-		-	(745)	-	-	-	-	-	-	-	391
Outros	6.141	(150)	609	(445)	(7)	-	-	-	-	-	-	-	6.148
	6.267.827	(150)	220.433	(316.741)	679.409	-	83.944	(819)	(405.717)	12.325	(83.394)	24.905	6.482.022
Mais valia e menos valia de ativos													
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia	10.014	-	-	-	-	(465)	-	-	-	-	-	-	9.549
Pecém II Participações S.A.	(153.064)	-	-	-	-	(6.456)	-	-	-	-	-	-	(159.520)
	(143.050)	-	-	-	-	(6.921)	-	-	-	-	-	-	(149.971)
Valor justo													
Nossa Senhora de Fátima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.027	-	-	8.027
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.027	-	-	8.027
Direito de uso													
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	33.861	-	-	-	-	(4.455)	-	-	-	-	-	-	29.406
Itaqui Geração de Energia S.A.	11.594	-	-	-	-	(511)	-	-	-	-	-	-	11.083
Eneva Participações S.A.	116.968	-	-	-	-	(1.806)	-	-	-	-	-	-	115.162
	162.423	-	-	-	-	(6.772)	-	-	-	-	-	-	155.651
Total investimentos	6.287.200	(150)	220.433	(316.741)	679.409	(13.693)	83.944	(819)	(405.717)	20.352	(83.394)	24.905	6.495.729

12.3 Composição do resultado de equivalência patrimonial:

	Controladora	
	2021	2020
Resultado de equivalência patrimonial sobre os investimentos	679.409	569.657
Resultado de equivalência patrimonial sobre os passivos a descoberto	(159)	(1.113)
Amortização de ativos avaliados a valor justo	(13.693)	(13.692)
	665.557	**554.852**

12.4 Composição da participação de acionistas não controladores

A seguir, a composição da participação de acionistas não controladores no patrimônio e no resultado das investidas:

		2021		2020	
Investimentos	**Participação**	**Patrimônio Líquido**	**Resultado**	**Patrimônio Líquido**	**Resultado**
Amapari Energia S.A.	49,00%	(2.658)	(8)	(2.650)	(1.070)
Termopantanal Participações	33,34%	(773)	-	(773)	-
Total		**(3.431)**	**(8)**	**(3.423)**	**(1.070)**

12.5 Passivo a descoberto

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Eneva possui controladas em situação de passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo).

Abaixo, apresentamos a mutação do saldo no exercício corrente:

Empresa	Saldo em 2020	Transferência para investimento	Resultado de Passivo a Descoberto	Saldo em 2021
Controladas (diretas e indiretas)				
Outros				
Amapari Energia S.A.	(2.752)	-	(8)	(2.760)
Jandaira Ventos S.A.	-	85	(86)	(1)
Jandaira II Ventos S.A.	-	65	(65)	-
Termopantanal Participações Ltda.	(1.546)	-	-	(1.546)
Total passivo a descoberto	(4.298)	150	(159)	(4.307)

Projetos de expansão:

Em 23 de setembro de 2021, a Companhia firmou um acordo de exclusividade e preferência com o Grupo Vale Azul Participações Ltda. ("GVA") e a Tepor – Terminal Portuário de Macaé Ltda., visando a formação de uma subsidiária entre a Eneva e o GVA, a fim de desenvolver, gerenciar e explorar o projeto Tepor. A transação está condicionada à realização de estudos técnicos e à avaliação da viabilidade financeira do projeto pela Eneva, que decidirá, a seu exclusivo critério, pela assinatura de acordos definitivos. Caso a transação seja efetivada, a Eneva será acionista controlador, detendo 65% do total de ações, e o GVA deterá 35%.

13. Imobilizado

SUMÁRIO

13.1 Composição dos saldos

Consolidado 2021

	Terrenos	Edificações, Obras Civis Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Equipamento de Informática	Veículos	Móveis e Utensílios	Imobilizado E&P	Provisão para perda *Impairment*	Imobilizado em Curso	Direito de Uso	Total
Faixa de depreciação	-	25 a 50 anos	5 a 40 anos	6 anos	7 anos	16 anos	Por produção	-	-	1 a 28 anos	
Custo											
Saldo em 31/12/2020	15.245	3.218.608	4.518.861	18.839	2.450	40.685	2.559.243	(237.030)	4.046.809	155.692	14.339.402
Adições (a)	-	6.661	64.801	2.850	-	1.191	6.762	-	1.292.521	-	1.374.786
Adições IFRS16 (b)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	135.338	135.338
Baixas	-	-	(3)	(478)	-	-	-	176.564	(47.268)	(65.975)	62.840
Poço Seco	-	-	-	-	-	-	-	-	(56.289)	-	(56.289)
Adiantamento Fornecedor	-	-	-	-	-	-	-	-	202.374	-	202.374
Provisão abandono	-	-	(1.588)	-	-	-	-	-	-	-	(1.588)
Crédito de PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-	-	(40.314)	-	(40.314)
Transferências	-	-	9.962	-	-	-	156.092	-	(166.054)	-	-
Custos com empréstimos qualificados	-	-	-	-	-	-	-	-	667.233	-	667.233
Saldo em 31/12/2021	15.245	3.225.269	4.592.033	21.211	2.450	41.876	2.722.097	(60.466)	5.899.012	225.055	16.683.782
Depreciação (c)											
Saldo em 31/12/2020	-	(768.657)	(1.293.028)	(11.192)	(2.630)	(16.803)	(1.257.165)	26.240	-	(69.492)	(3.392.727)
Adições	-	(112.984)	(246.056)	(1.804)	(277)	(2.022)	(166.716)	-	-	-	(529.859)
Adições IFRS16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(52.802)	(52.802)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	(26.458)	-	45.287	18.829
Saldo em 31/12/2021	-	(881.641)	(1.539.084)	(12.996)	(2.907)	(18.825)	(1.423.881)	(218)	-	(77.007)	(3.956.559)
Valor Contábil											
Saldo em 31/12/2020	15.245	2.449.951	3.225.833	7.647	(180)	23.882	1.302.078	(210.790)	4.046.809	86.200	10.946.675
Saldo em 31/12/2021	15.245	2.343.628	3.052.949	8.215	(457)	23.051	1.298.216	(60.684)	5.899.012	148.048	12.727.223

a. *A movimentação está representada, substancialmente, pelos equipamentos recebidos para continuação das obras do projeto Azulão-Jaguatirica II e Parnaíba V.*

b. *Trata-se, substancialmente, de um novo contrato de prestação de serviços de reboque, operação e manutenção de carretas criogênicas para o transporte de gás natural liquefeito na controlada Azulão Geração de Energia S.A.. A taxa de desconto é de 11,03%, de acordo com a vigência que é de 5 anos e possui parcela fixa mensal de R$ 1 milhão, aproximadamente.*

c. *Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, a partir do início de sua operação, exceto para o imobilizado de E&P, que é depreciado a partir da declaração de comercialidade e início da produção, pelo método de unidades produzidas.*

Consolidado 2020

	Terrenos	Edificações, Obras Civis Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Equipamento de Informática	Veículos	Móveis e Utensílios	Imobilizado E&P	Provisão para perda *Impairment*	Imobilizado em Curso	Direito de Uso	Total
Faixa de depreciação	-	25 a 50 anos	5 a 40 anos	6 anos	7 anos	16 anos	Por produção	-	-	1 a 28 anos	
Custo											
Saldo em 31 de dezembro de 2019	13.599	3.138.711	4.329.160	13.757	2.769	39.335	2.545.975	(289.807)	1.835.376	128.033	11.756.908
Adições	200	1.706	556	850	-	210	28.538	-	1.506.836	-	1.538.896
Adições IFRS16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27.659	27.659
Movimentação de derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	(41.084)	-	(41.084)
Baixas	(2.930)	(831)	(22.591)	(67)	(492)	(87)	-	-	-	-	(26.998)
Poço seco	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.308)	-	(19.308)
Adiantamento fornecedor	-	-	-	-	-	-	-	-	1.003.615	-	1.003.615
Provisão abandono	-	-	(1.306)	-	-	-	(15.270)	-	3.074	-	(13.502)
Crédito de PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.840)	-	(10.840)
Transferências	4.376	79.022	213.042	4.299	173	1.227	-	-	(302.139)	-	-
Reversão de provisão para perda ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-	-	52.777	-	-	52.777
Custo de transação 2ª emissão de debêntures 3ª Série	-	-	-	-	-	-	-	-	852	-	852
Juros 2ª emissão de debêntures 3ª série	-	-	-	-	-	-	-	-	38.572	-	38.572
Variação monetária 2ª emissão de debêntures 3ª série	-	-	-	-	-	-	-	-	31.855	-	31.855
Saldo em 31 de dezembro de 2020	15.245	3.218.608	4.518.861	18.839	2.450	40.685	2.559.243	(237.030)	4.046.809	155.692	14.339.402
Depreciação											
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(659.901)	(1.098.630)	(9.600)	(2.752)	(14.895)	(1.158.119)	26.240		(33.647)	(2.951.304)
Adições	-	(108.922)	(201.458)	(1.629)	(281)	(1.908)	(99.046)	-	-	-	(413.244)
Adições IFRS16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(35.845)	(35.845)
Baixas	-	166	7.060	37	403	-	-	-	-	-	7.666
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(768.657)	(1.293.028)	(11.192)	(2.630)	(16.803)	(1.257.165)	26.240	-	(69.492)	(3.392.727)
Valor contábil											
Saldo em 31 de dezembro de 2019	13.599	2.478.810	3.230.530	4.157	17	24.440	1.387.856	(263.567)	1.835.376	94.386	8.805.604
Saldo em 31 de dezembro de 2020	15.245	2.449.951	3.225.833	7.647	(180)	23.882	1.302.078	(210.790)	4.046.809	86.200	10.946.675

Prática contábil

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

(i) O custo de materiais e mão de obra direta;

(ii) Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;

(iii) Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados; e

(iv) Custos de empréstimos e debêntures, que são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos foram diretamente relacionados à construção de um ativo qualificável. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com esses gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Certificação de reservas

Em 27 de janeiro de 2022, a consultoria independente Gaffney, Cline & Associates, Inc (GCA) emitiu novo relatório executivo de auditoria das reservas de gás natural dos onze campos declarados comerciais no Parque dos Gaviões, nas Bacias do Parnaíba, do Amazonas e do Solimões. A nova certificação desses ativos levou em consideração a ampliação planejada da capacidade de geração térmica a gás natural no Brasil, e a aceitação de recursos contingentes de gás para fins de comprovação de combustível no processo de habilitação de novos projetos em leilões de energia.

Segundo os critérios do *Petroleum Resources Management System* (PMRS), A GCA certificou as reservas de gás natural, conforme a tabela abaixo:

Reservas de Gás Natural dos nove Campos da Bacia do Parnaíba e um Campo da Bacia do Amazonas			
Categoria das Reservas	**Reservas de Gás Bacia do Parnaíba (100% WI) (Bm³)**	**Reservas de Gás Bacia do Amazonas (100% WI) (Bm³)**	**Reservas de Gás da Total Eneva (100% WI) (Bm³)**
Provada desenvolvida (1P)	10,11	3,76	13,87
Provada não desenvolvida (1P)	16,22	2,00	18,22
Total (1P)	26,33	5,76	32,09
Provada desenvolvida (2P)	11,23	3,76	14,99
Provada não desenvolvida (2P)	18,22	3,35	21,57
Total (2P)	29,45	7,11	36,56
Total (3P)	34,50	11,80	46,30

Reservas Provadas: são reservas que podem ser produzidas com alto nível de garantia.

Reservas não provadas: são baseadas em dados geológicos e de engenharia semelhantes aos usados para calcular reservas provadas. Contudo, devido a incertezas técnicas, contratuais ou regulatórias, não são incluídas as reservas provadas.

Reservas desenvolvidas: são aquelas aptas a serem recuperadas, cujos investimentos necessários em infraestrutura para produção já foram executados.

Não desenvolvidas: são aquelas em que todo o plano de desenvolvimento necessita ser implementado.

Os níveis de garantia de produção, subdivide-se em:

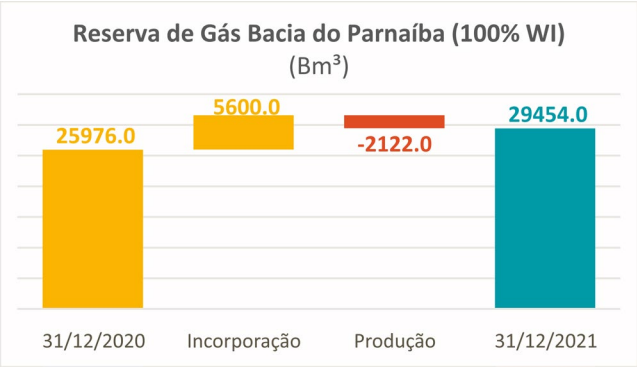
1P – Alto nível de garantia de produção;

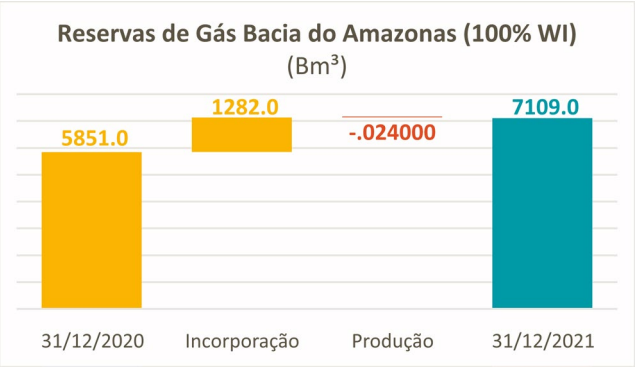
2P – Reservas prováveis de produção, atribuíveis 50% no nível de garantia;

3P – Reservas possíveis de produção, atribuíveis 10% no nível de garantia;

Os gráficos, a seguir, detalham a evolução das reservas certificadas da ENEVA de 2020 a 2021:

Evolução das Reservas Certificadas (2P) em 2021





Bacia do Parnaíba

Campo de Gavião Belo (+5,600 Bm3) - campo descoberto pelos poços exploratórios 1-ENV-15-MA e 3-ENV-17D-MA em 2020, com declaração de comercialidade em fevereiro de 2021 e plano de desenvolvimento entregue em agosto de 2021. Em 2021, foi perfurado o poço de delimitação/desenvolvimento 7-GVBL-1D-MA, e em 2022 serão perfurados os 5 demais poços previstos no plano de desenvolvimento.

Bacia do Amazonas

Campo de Azulão (+1,282 Bm3) - o campo já contava com 3 poços produtores (7-AZU-2D-AM, 7-AZU-3-AM, 7- AZU-4D-AM) e em 2021 foi perfurado o poço 7-AZU-5D-AM para delimitação/desenvolvimento, que comprovou a extensão do campo e resultou em incorporação de reservas.

Considerando que a produção total em 2021 foi de 2,146 Bm3, incorporamos 6,882 Bm3 de reservas totais 2P em 2021, resultando em um Índice de Reposição de Reservas Total (empresa) de 321%.

Na Bacia do Parnaíba, o Índice de Reposição de Reservas (IRR) foi de 264%. Considerando a produção média anual dos últimos 5 anos na Bacia do Parnaíba, de 1,578 Bm3, a relação entre o volume de reservas e o volume produzido (R/P) é de 18,7 anos.

13.2 Avaliação de *impairment*

Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente - Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). A Companhia considera que cada usina de geração térmica (gás e carvão) e a unidade de produção de gás natural constituem as Unidades Geradoras de Caixa.

A Companhia e suas controladas são requeridas anualmente a efetuarem teste de redução ao valor recuperável de ativo intangível de vida útil indefinida (‘*Goodwill*’). Também é requerida a avaliação quanto à existência de qualquer indicativo de perda por redução ao valor recuperável (‘*impairment*’) ou de reversão de perdas reconhecidas em exercícios anteriores para os demais ativos não financeiros.

O ativo imobilizado da controlada Itaqui e o ativo intangível de vida útil indefinida gerado na combinação de negócios realizada em 2015 e que, após a reestruturação societária ocorrida em 2018, está registrado como investimento na controlada Parnaíba II, foram submetidos ao teste de recuperabilidade considerando o modelo de valor em uso baseado no valor presente do fluxo de caixa, por unidade geradora de caixa. Para as demais UGCs, não foram identificados indicativos que requeressem o teste de recuperabilidade.

Cabe destacar que Itaqui vem apresentando constante melhora no seu desempenho operacional, fruto de investimentos em melhoria de processos e manutenções preventivas. Adicionalmente, a normalização da curva de despacho, após período de crise hídrica que ocorreu no início da operação, também contribuiu para a estabilização desse ativo. O Leilão de Capacidade, ocorrido em dezembro de 2021, também trouxe uma sinalização de preços que permitiu valorar de maneira mais apropriada o perfil de operação de usinas de CVU mais elevado, como é o caso de Itaqui. Como consequência dos testes de valor recuperável, foi revertido o valor de R$ 150.105 referente ao *impairment* constituído em anos anteriores relativo à Itaqui. Com isso, a controlada, em 31 de dezembro de 2021, não possui mais perda por redução ao valor recuperável registrado.

A conclusão a respeito do teste realizado sobre o ágio está apresentada na nota explicativa n° 14 – “Intangível”.

As premissas-chave dos testes de valor recuperável estão descritas a seguir, sendo uniformes entre os ativos testados e tendo sido aprovadas pela Administração.

Abordagem

Projetaram-se fluxos de caixa operacionais, expressos em termos nominais (considerando os efeitos inflacionários da economia) e apresentados em moeda corrente, Reais (R$).

Prazo

A projeção inicia-se em 2022 e se estende até o ano de 2051 para Itaqui e 2045 para Parnaíba II.

Nos ativos de geração de energia, a vida útil está definida pela capacidade operacional das plantas e pela viabilidade econômica. As Usinas possuem Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) com prazo de 15 a 20 anos, encerrando em 2026 (Itaqui) e 2036 (Parnaíba II).

Para o período complementar que se estende até a finalização do período de projeção (2051 e 2045), a premissa assumida foi a continuidade das operações sob regime de capacidade, utilizando como base os parâmetros definidos no leilão de capacidade ocorrido em 2021 para projetar os fluxos operacionais.

Preço de venda

A referência utilizada para o 1º ciclo de monetização (período no qual as empresas possuem CCEAR) são as condições contratuais atuais, indexados pela inflação (IPCA).

A premissa de preço assumida para o 2º ciclo de monetização do ativo, ou seja, período compreendido entre o término dos CCEARs atual da Companhia, e o final do período projetivo, teve como base o resultado do leilão de capacidade ocorrido em dezembro de 2021.

CAPEX de manutenção e *overhaul*

Foram projetados investimentos em manutenção, de acordo com o ciclo orçamentário indexados pela inflação (IPCA). Trata-se de dispêndios que se comportam de forma linear ao longo dos anos, exceto para os gastos com *overhaul*, que ocorrem em ciclos pré-determinados pelo fabricante da turbina.

Taxa de desconto

A Companhia aplica a abordagem do Custo Médio Ponderado de Capital (CPMC) em termos nominais para Itaqui, e o custo de Capital Próprio (Ke) para Parnaíba II, considerando efeitos inflacionários, conforme abaixo:

	Itaqui (CMPC)	Parnaíba II
CMPC e Ke nominal (pós tax)	7,87%	9,92%
CMPC e Ke nominal (pré tax)	8,90%	10,78%

As taxas acima apresentadas foram ajustadas ao longo da projeção, considerando a evolução da estrutura de endividamento específica da "UGC" e a evolução da alíquota de impostos e das premissas de inflação.

14. Intangível

SUMÁRIO

Prática contábil

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, de acordo com o detalhamento a seguir:

							Consolidado
				31.12.2021			31.12.2020
	Range de Amortização	Custo	Amortização*	Valor Líquido	Custo	Amortização	Valor Líquido
Licenças e Software de Informática	5 anos	35.770	(31.449)	**4.321**	34.554	(28.890)	**5.664**
Intangível de E&P	Unidade produzida	519.392	(42.832)	**476.560**	475.862	(33.161)	**442.701**
Direito de uso	15 a 33 anos	86.235	(39.920)	**46.315**	86.235	(37.145)	**49.090**
Outorgas e CCEARs	15 anos	183.449	(102.992)	**80.457**	183.449	(90.768)	**92.681**
Direito de uso na aquisição de investimento	1 a 30 anos	720.196	(153.827)	**566.369**	754.571	(126.313)	**628.258**
Ágio e valor justo de ativos com vida útil indefinida	-	81.522	-	**81.522**	73.497	-	**73.497**
Intangíveis em desenvolvimento	-	58.535	-	**58.535**	46.654	-	**46.654**

**A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas dos ativos a partir da data em que esses estão disponíveis para uso, com exceção do intangível de E&P para exploração de gás natural, que é amortizado com base nas unidades produzidas. Esses métodos são os que melhor refletem o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados nos diferentes ativos.*

Mutação dos ativos intangíveis

	Consolidado							
	Licenças e Software de Informática	Intangível de E&P	Direito de Uso	Outorgas e CCEARs	Direito de uso na Aquisição de Investimentos	Ágio e Valor Justo de Ativos com a Vida Útil Indefinida	Intangível em Curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.362	448.909	54.406	104.905	655.792	73.497	36.935	1.347.431
Adições	1.381	3.503	-	-	-	-	9.719	14.603
Baixas	-	-	(4.376)	-	-	-	-	(4.376)
Transferências	-	-	19	-	(19)	-	-	-
Amortização	(3.079)	(9.711)	(959)	(12.224)	(27.515)	-	-	(53.488)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.664	442.701	49.090	92.681	628.258	73.497	46.654	1.304.170
Adições	1.216	43.530	-	-	-	8.025	11.881	64.652
Baixas	-	-	-	-	(34.375)	-	-	(34.375)
Amortização	(2.559)	(9.671)	(2.775)	(12.224)	(27.514)	-	-	(54.743)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.321	476.560	46.315	80.457	566.369	81.522	58.535	1.314.079

Direito de Uso

O direito de uso deve-se ao valor pago para a obtenção da concessão da área, pela concessionária vencedora de licitação de campos exploratórios, mais conhecido como bônus de assinatura.

Outorgas e CCEARs

Outorgas e CCEARs referem-se à autorização para exploração de contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado.

Direito de Uso na Aquisição de Investimentos

Referem-se a alocação dos ágios de vida útil definida gerados nas combinações de negócios ocorridos em 2015 oriundos de Outorgas e CCEARs.

Ágio e Valor Justo de Ativos com Vida Útil Indefinida

O saldo corresponde a ágio (*goodwill*) é oriundo das combinações de negócios realizada em 2015 pela Companhia. Trata-se do excedente da parcela paga pela Eneva (adquirente) devido à expectativa de geração de lucros futuros pelas adquiridas. Cabe destacar que após a reestruturação societária realizada pelo Grupo nos últimos anos, o ágio está registrado sobre o investimento na controlada Parnaíba II. Adicionalmente, em 2021, a Companhia adquiriu 100% da participação na Nossa Senhora de Fátima, gerando valor justo de R$ 8.025 mil na aquisição.

O valor recuperável do ágio é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de *impairment*, conforme determina o CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos. As premissas-chave dos testes de valor recuperável estão descritas na nota explicativa nº 13.2 – "Avaliação de *impairment*". Com base nos testes realizados, não foi identificado perda no seu valor recuperável para o exercício de 2021.

15. Fornecedores

SUMÁRIO

Prática contábil

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no balanço conforme prazo de vencimento (circulante e não circulante). Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

	Consolidado	
	2021	2020
Geração de energia (a)	155.771	157.653
Construção de novas usinas (b)	178.551	187.775
Exploração e produção de gás (c)	94.802	51.999
Manutenção das usinas (d)	94.993	59.489
Comercialização de energia	49.237	36.138
Outros	61.386	43.784
	634.740	536.838
Circulante	604.909	492.456
Não circulante	29.831	44.382

a. *O saldo é composto substancialmente por obrigações com fornecedores de insumos para a geração de energia.*

b. *Correspondem aos investimentos ligados à construção do projeto Azulão-Jaguatirica e à usina termelétrica Parnaíba V.*

c. *O saldo é composto por fornecedores e prestadores de serviços ligados à atividade de exploração e produção de gás natural. O aumento deve-se, principalmente, ao maior nível de despacho do gás para atendimento à demanda das usinas, assim como obrigações com os fornecedores das construções dos campos em desenvolvimento.*

d. *O saldo está ligado substancialmente às paradas programadas das usinas, que têm como objetivo a manutenção de máquinas e o aumento de sua vida útil.*

16. Impostos e contribuições a recolher

SUMÁRIO

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	47.274	717	40.071	5.769
Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL	25.990	3.677	58.582	31.229
	73.264	4.394	98.653	36.998

As empresas do grupo são tributadas com base no regime de Lucro Real, efetuando as antecipações mensais de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, nos termos da legislação vigente.

A seguir, apresentamos os saldos dos demais impostos e contribuições a recolher:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
ICMS	3.034	3.722	10.275	10.639
PIS, COFINS e IOF	10.877	16.971	16.421	32.443
Tributos de importação	856	561	987	752
Royalties	11.967	12.672	11.967	12.672
Outros *	12.343	7.686	14.793	10.580
	39.077	41.612	54.443	67.086

** Composta principalmente das rubricas de Participação na produção a pagar aos proprietários de terra e tributos federais retidos de terceiros.*

17. Empréstimos, financiamentos e debêntures

SUMÁRIO

						Consolidado							
						2021				2020			
Empresa	Credor	Moeda	Taxas de Juros	Taxas Efetivas*	Vencimento	Custo de Captação a Apropriar	Principal	Juros	Total	Custo de Captação a Apropriar	Principal	Juros	Total
Empréstimos e financiamentos													
Eneva	FINEP	R$	TJLP+3,00%	7,74%	15/03/2025	-	37.516	133	37.649	-	49.058	159	49.217
Eneva	FINEP	R$	TJLP+1,00%	5,74%	15/12/2028	(235)	27.328	75	27.168	(307)	31.232	76	31.001
PGC	BNB	R$	IPCA + 1,9388%	12,43%	15/07/2036	(7.260)	753.482	98.605	844.827	(7.925)	422.569	13.576	428.220
Azulão	BASA SubCrédito A e B	R$	IPCA + 1,6190%	12,11%	16/06/2036	(8.266)	600.000	3.509	595.243	(8.489)	490.617	2.687	484.815
Azulão	BASA SubCrédito C	R$	IPCA + 1,3247%	11,82%	16/06/2036	(5.525)	400.000	2.274	396.749	(5.664)	359.323	1.914	355.573
						(21.286)	1.818.326	104.596	1.901.636	(22.385)	1.352.799	18.412	1.348.826
Depósitos vinculados						-	(114.499)	-	(114.499)	-	(18.534)	-	(18.534)
						(21.286)	1.703.827	104.596	1.787.137	(22.385)	1.334.265	18.412	1.330.292
Circulante						(1.783)	73.587	5.991	77.795	(1.089)	15.447	4.835	19.193
Não circulante						(19.503)	1.630.240	98.605	1.709.342	(21.296)	1.318.818	13.577	1.311.099
Debêntures													
PGC	1ª emissão - 1ª Série	R$	IPCA + 7,2227%	17,72%	15/11/2025	(3.685)	300.903	2.761	299.979	(5.246)	305.685	2.719	303.158
PGC	1ª emissão - 2ª Série	R$	CDI + 2,50%	6,38%	15/11/2025	(5.581)	370.822	5.140	370.381	(8.424)	435.290	2.412	429.278
Parnaíba II	3ª emissão - 1ª Série	R$	CDI + 0,60%	4,50%	02/10/2022	(131)	100.000	1.940	101.809	(305)	100.000	602	100.297
Parnaíba II	3ª emissão - 2ª Série	R$	CDI + 1,01%	4,91%	02/10/2024	(754)	290.000	5.920	295.166	(1.088)	290.000	2.034	290.946
Parnaíba II	3ª emissão - 3ª Série	R$	CDI + 1,40%	5,30%	02/10/2026	(1.220)	360.000	7.692	366.472	(1.507)	360.000	2.863	361.356
Eneva	2ª emissão - 1ª Série	R$	CDI + 0,95%	4,85%	15/05/2024	(3.846)	750.000	8.880	755.034	(5.461)	750.000	2.698	747.237
Eneva	2ª emissão - 2ª Série	R$	CDI + 1,45%	5,35%	15/05/2027	(5.216)	750.000	9.371	754.155	(6.300)	750.000	3.170	746.870
Eneva	2ª emissão - 3ª Série	R$	IPCA + 5,05%	15,54%	15/05/2029	(3.910)	584.908	3.782	584.780	(4.494)	529.817	3.321	528.644
Eneva	3ª emissão - 1ª Série	R$	IPCA + 4,2259%	14,72%	15/12/2027	(11.915)	751.537	1.483	741.105	(14.152)	680.750	1.231	667.829
Eneva	5ª emissão - 1ª Série	R$	IPCA + 5,50%	15,99%	15/06/2030	(21.436)	745.019	1.902	725.485	(24.437)	674.846	1.579	651.988
Eneva	6ª emissão - 1ª Série	R$	IPCA + 4,127%	13,61%	15/09/2030	(15.206)	424.217	5.068	414.079	(16.456)	384.260	3.967	371.771
Eneva	6ª emissão - 2ª Série	R$	IPCA + 4,5034%	14,99%	15/09/2035	(24.199)	651.038	8.476	635.315	(25.437)	589.716	6.634	570.913
						(97.099)	6.078.444	62.415	6.043.760	(113.307)	5.850.364	33.230	5.770.287
Depósitos vinculados						-	(83.447)	-	(83.447)	-	(57.914)	-	(57.914)
						(97.099)	5.994.997	62.415	5.960.313	(113.307)	5.792.450	33.230	5.712.373
Circulante						(15.220)	237.651	62.415	284.846	(15.947)	101.237	33.230	118.520
Não circulante						(81.879)	5.757.346	-	5.675.467	(97.360)	5.691.213	-	5.593.853

* *Cálculo das taxas efetivas leva em consideração indexadores acumulados nos últimos 12 meses:*
Out-21 - CDI de 3,38%, IPCA de 10,67% e TJLP de 4,67%.
Nov-21 - CDI de 3,84%, IPCA de 10,74% e TJLP de 4,74%.
Dez-21 - CDI de 4,46%, IPCA de 9,94% e TJLP de 5,32%

As instituições financeiras normalmente não requerem garantias para empréstimos e financiamentos concedidos à Controladora. Entretanto, os empréstimos obtidos pelas subsidiárias estão garantidos na estrutura equivalente à Project Finance, principalmente através dos ativos (máquinas e equipamentos), bem como pelo fluxo de faturamento dos contratos de CCEARs das subsidiárias. Adicionalmente, os financiamentos também contam com aval da Controladora para as subsidiárias.

Abaixo, é demonstrada a movimentação dos empréstimos e debêntures (circulante e não circulante):

	Empréstimos e financiamentos		Debêntures	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Saldo em 2020	80.218	1.330.292	4.285.252	5.712.373
(+) Novas captações	-	480.872	-	-
(+) Juros incorridos	4.969	36.976	226.066	317.315
(+/-) Variação monetária	-	164.751	297.333	328.710
(-) Pagamento de principal	(15.447)	(15.447)	-	(100.628)
(-) Pagamento de juros	(4.995)	(115.441)	(209.706)	(288.132)
(+/-) Custo de captação	72	1.099	11.008	16.208
(+/-) Depósitos vinculados	-	(95.965)	-	(25.533)
Saldo em 2021	64.817	1.787.137	4.609.953	5.960.313

	Empréstimos e financiamentos		Debêntures	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Saldo em 2019	92.073	1.399.414	2.637.317	4.157.128
(+) Novas captações	90.000	1.363.129	2.007.968	2.007.968
(+) Juros incorridos	12.183	163.058	155.663	232.336
(+/-) Variação monetária	-	1.549	102.011	115.822
(-) Pagamento de principal	(101.869)	(1.529.317)	(410.000)	(494.959)
(-) Pagamento de juros	(12.230)	(124.987)	(147.056)	(229.318)
(+/-) Custo de captação	61	(10.461)	(60.651)	(53.827)
(+/-) Depósitos vinculados	-	67.907	-	(22.777)
Saldo em 2020	80.218	1.330.292	4.285.252	5.712.373

As parcelas dos empréstimos, financiamentos e debêntures classificadas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2021 têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Empréstimos e financiamentos		Debêntures	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ano de vencimento				
2023	15.447	85.215	-	298.527
2024	15.447	202.168	750.000	1.073.193
2025	6.790	121.169	500.512	882.865
2026 até último vencimento	11.712	1.434.793	3.406.209	3.586.208
	49.396	1.843.345	4.656.721	5.840.793
Depósitos vinculados	-	(114.499)	-	(83.447)
Custo de captação	(174)	(19.504)	(74.999)	(81.879)
	49.222	1.709.342	4.581.722	5.675.467

Estratégia para Contratação do Endividamento

Para realizar a contratação de novos financiamentos, são considerados, principalmente, elementos como disponibilidade de recursos (fontes existentes e disponíveis), custo, prazo e indexação. Conforme majoritariamente, as receitas da Companhia são corrigidas anualmente pelo IPCA, dívidas com mesma indexação são as que trazem naturalmente um alinhamento entre receitas e despesas financeiras. Entretanto, por se tratar de financiamentos de longo prazo, as diversas indexações disponíveis são avaliadas comparativamente considerando as expectativas pelos prazos considerados e não pelo custo corrente. Por fim, a indexação de financiamentos é vinculada a tipos de instrumentos, com eficiências diferenciadas, e público-alvo de investidores. Portanto, a contratação de novos financiamentos ainda considera a alternativa que apresenta exequibilidade em função de condições de mercado.

Prática contábil

Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as dívidas estiverem em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos da terceira série, referentes à 2ª emissão de debêntures simples gerais, e específicos, que são diretamente atribuíveis à construção do ativo qualificável ("Parnaíba V"), e os custos referentes à 3º emissão de debêntures simples em série única, atribuíveis à construção do projeto Parque dos Gaviões, foram registrados como parte do custo do ativo imobilizado.

A Administração da Companhia avaliou que a melhor divulgação dos juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures é através dos fluxos de caixa de financiamentos, pois o custo desses passivos financeiros está intrinsicamente ligado à obtenção de recursos para a construção do parque gerador e produtor de gás da Companhia.

Depósitos vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures

A Companhia avalia se os depósitos vinculados aos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures atendem aos seguintes critérios:

a. não estão condicionados a eventos futuros; e

b. são legalmente executáveis, no curso normal dos negócios, no caso de inadimplência e no caso de insolvência ou falência

Dessa forma, o valor dos depósitos vinculados é apresentado junto com os empréstimos, financiamentos e debêntures a eles relacionados, assim como é apresentado dentro do fluxo de caixa de financiamentos na demonstração do fluxo de caixa.

Covenants financeiros e não financeiros

Os contratos de financiamentos e debêntures das Companhias operacionais ("PGC", "Parnaíba II" e "Eneva") e não operacionais ("Azulão") possuem obrigações que são monitoradas regularmente pela tesouraria e reportadas periodicamente para a Administração, para garantir que o contrato seja cumprido. Essas cláusulas estão resumidas a seguir:

(i) Obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras periodicamente;

(ii) Direito dos credores de executar inspeções e visitas nas instalações;

(iii) Obrigação de manter atualizadas as obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas;

(iv) Obrigação de manter em vigor contratos materialmente relevantes para as suas operações;

(v) Respeitar a legislação ambiental e manter em vigor as licenças necessárias para as suas operações;

(vi) Restrições contratuais quanto a operações com partes relacionadas e alienações de ativos fora do curso normal de negócios;

(vii) Restrições quanto à mudança de controle, reestruturações societárias, exceto as ocorridas dentro do grupo econômico, e alteração material no objeto social e nos atos constitutivos dos devedores; e

(viii) Limites de endividamento e para a contratação de novas dívidas nas subsidiárias.

Os contratos de financiamentos e emissões de debêntures contêm cláusulas específicas de *covenants* financeiros, as quais se encontram atendidas.

Empresa	Descrição dos *Covenants* Financeiros	Posição em 31/12/2021	Posição em 31/12/2020
PGC	Dívida líquida de no máximo 6 vezes o EBITDA Comprometimento da capacidade de pagamentos menor que 70% Índice de cobertura do serviço da dívida igual ou maior de 1,20	Atendido	Atendido
Parnaíba II	Dívida líquida de no máximo 3 vezes o EBITDA	Atendido	Atendido
Eneva S.A.	Dívida líquida de no máximo 5,0* vezes o EBITDA	Atendido	Atendido

*No período entre 30 de junho de 2020 (inclusive) e 30 de junho de 2022 (inclusive), o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA poderá atingir até 5,0 (cinco inteiros) por até 4 (quatro) trimestres consecutivos ou alternados. Após esse período, o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA passa a ser até 4,5 (quatro vírgula cinco).

18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

SUMÁRIO

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Prática contábil

Um ativo e um passivo financeiro são reconhecidos quando uma entidade se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo. Nesse caso, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que forem diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos e passivos financeiros são, geralmente, classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em algumas circunstâncias, que incluem determinados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Quando ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Instrumentos financeiros derivativos são mensurados subsequentemente ao valor justo por meio do resultado.

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de finanças vigente.

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na sua falta, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Segue abaixo a característica de cada classificação:

(i) Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo para receber seus fluxos de caixa contratuais;

(ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto a sua venda, bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e

(iii) Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. No caso da Companhia, esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente está demonstrada a seguir:

(i) **Nível I:** são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;

(ii) **Nível II:** são informações, que não incluem os preços cotados no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;

(iii) **Nível III:** são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Segue descrição dos saldos contábeis consolidados dos instrumentos financeiro, bem como a classificação da hierarquia de valor justo:

	Consolidado							
	2021				2020			
	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos financeiros								
Caixa e equivalente de caixa	992.290	-	-	**992.290**	1.384.933	-	-	**1.384.933**
Títulos e valores mobiliários	-	-	685.447	**685.447**	71.659	-	439.658	**511.317**
Contas a receber	718.835	-	-	**718.835**	700.964	-	-	**700.964**
Valor justo dos contratos de energia	-	-	91.245	**91.245**	-	-	-	**-**
Operações comerciais com partes relacionadas	51	-	-	**51**	51	-	-	**51**
	1.711.176	**-**	**776.692**	**2.487.868**	**2.157.607**	**-**	**439.658**	**2.597.265**
Passivos financeiros								
Fornecedores	634.740	-	-	**634.740**	502.463	-	-	**502.463**
Valor justo dos contratos de energia	-	-	53.822	**53.822**				
Empréstimos e financiamentos	1.787.137	-	-	**1.787.137**	1.330.292	-	-	**1.330.292**
Debêntures	5.960.313	-	-	**5.960.313**	5.712.373	-	-	**5.712.373**
Operações comerciais com partes relacionadas	169	-	-	**169**	168	-	-	**168**
Instrumentos financeiros Derivativos	-	3.211	-	**3.211**	-	2.391	-	**2.391**
Contas a pagar – setor elétrico	14.110	-	-	**14.110**	12.455	-	-	**12.455**
Provisão de custo por indisponibilidade	54.963	-	-	**54.963**	64.445	-	-	**64.445**
Pesquisa e desenvolvimento	49.984	-	-	**49.984**	82.603	-	-	**82.603**
Arrendamentos	162.549	-	-	**162.549**	100.968	-	-	**100.968**
	8.663.965	**3.211**	**53.822**	**8.720.998**	**7.805.767**	**2.391**	**-**	**7.842.533**

Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

	Consolidado							
	2021				2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros								
Títulos e valores mobiliários	-	685.447	-	685.447	-	439.658	-	439.658
Valor justo dos contratos de energia		91.245		91.245				
	-	**776.692**	**-**	**776.692**	**-**	**439.658**	**-**	**439.658**
Passivos financeiros								
Instrumentos financeiros derivativos	3.211	-	-	3.211	2.391	-	-	2.391
Valor justo dos contratos de energia		-	53.822	53.822	-	-	-	-
	3.211	**-**	**53.822**	**57.033**	**2.391**	**-**	**-**	**2.391**

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo durante o exercício.

Métodos e técnicas de avaliação

Devido ao seu vencimento no curto prazo, entende-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores é equivalente aos seus valores contábeis.

Os títulos e valores mobiliários classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado referem-se, principalmente, a investimentos em títulos públicos federais através do fundo exclusivo da Companhia e, por isso, entende-se que o seu valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

Alguns instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em função do seu ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do seu saldo contábil. O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Demonstramos abaixo o valor justo dos passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado:

	Consolidado	
	2021	
	Saldo Contábil	Estimativa de Valor Justo - Nível 2
Passivos financeiros		
Debêntures*	5.960.313	5.845.433

*As debêntures possuem mercado secundário. Essas emissões são "diariamente" marcadas a mercado através de novas negociações e efeito curva. Por outro lado, os empréstimos não possuem um mercado secundário não sendo possível a mensuração do valor justo.

Derivativos, *hedge* e gerenciamento de risco

A Companhia possui instrumentos derivativos denominados *Non Deliverable Forwards* (NDFs), com a finalidade de mitigar a exposição cambial decorrente de (i) investimentos em moeda estrangeira previstos pela Parnaíba Geração e Comercialização para a construção da usina termelétrica Parnaíba V, que teve sua implantação iniciada em fevereiro de 2019, com prazo de construção previsto no contrato de empreitada global (EPC) de 31 meses, (ii) investimentos em moeda estrangeira previstos pela Parnaíba II Geração de Energia para a construção da usina termelétrica Parnaíba VI, vitoriosa no Leilão de Energia Nova A-6 da ANEEL e (iii) parte dos investimentos em moeda estrangeira previstos pela Azulão Geração de Energia na implantação do projeto de Azulão-Jaguatirica, com prazo de construção de até 24 meses, cujo estoque de NDFs contratados foi liquidado em abril de 2020.

Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de *hedge* de fluxo de caixa, tendo em vista que o objetivo da cobertura é trazer maior previsibilidade ao fluxo de caixa futuro, mitigando o risco do impacto cambial sobre os pagamentos objetos dos *hedges* contratados e não como investimentos especulativos.

Os valores de referência (nocional) dos contratos de câmbio a termo, em aberto em 31 de dezembro de 2021, totalizam R$ 126.774, e estão integralmente relacionados com a construção do projeto Parnaíba V e Parnaíba VI.

As transações previstas altamente prováveis, protegidas por *hedge accounting* de fluxo de caixa, mantidas em moeda estrangeira, devem ocorrer em diversas datas durante os próximos 25 meses. Ganhos e perdas são reconhecidos no patrimônio líquido e transferidos para o imobilizado quando há realização do item protegido.

Os derivativos são denominados na mesma moeda que as transações previstas altamente prováveis e, portanto, a razão do *hedge* é de 1:1. Considerando as mudanças no valor à vista descontado dos instrumentos de *hedge* em aberto desde 1º de janeiro e no valor do item protegido usado para determinar a eficácia do *hedge*, a taxa média ponderada protegida no ano foi R$ 6,1317: US$ 1.

Em 31 de dezembro de 2021, os montantes líquidos apurados de *Market to Market* ("MtM") para esses instrumentos derivativos representam perdas de R$ 3.211, que foram integralmente registradas no patrimônio líquido (*hedge accounting*) em outros resultados abrangentes.

18.1 Risco de mercado

Risco de variação nos preços de mercadorias (commodities), taxas de câmbio e de juros.

Risco de variação de preço (commodities)

No caso da Companhia, esse risco está associado exclusivamente ao preço do carvão, que forma os estoques necessários para geração de energia nas termelétricas Pecem II e Itaqui. Porém, cabe destacar que a estrutura contratual do CCEAR prevê o repasse do custo com a commodities na receita variável (como um dos componentes dessa receita). Dessa forma, o risco de resultados negativos produzidos pela variação do carvão é mitigado.

O período entre a compra da carga e sua utilização para geração de energia se configura como o risco de variação de preço carregado pela termelétrica. A seguir, é apresentada a projeção de risco e sensibilidade dos montantes médios dos exercícios de 2021 e 2020:

	Itaqui			Pecém II		
	Valor de Mercado (Provável)	API2 / CIF ARA (Alta 25%)	API2 / CIF ARA (Alta 50%)	Valor de Mercado (Provável)	API2 / CIF ARA (Alta 25%)	API2 / CIF ARA (Alta 50%)
2021						
Receita variável (Ccomb)	588.166	735.208	882.249	654.112	817.641	981.169
Custo variável (Carvão)	(539.220)	(668.777)	(798.333)	(579.314)	(720.323)	(861.332)
Resultado variável	48.946	66.431	83.916	74.798	97.318	119.837
2020						
Receita variável (Ccomb)	139.449	174.311	209.173	127.291	159.114	190.937
Custo variável (Carvão)	(119.829)	(149.234)	(178.639)	(104.809)	(131.642)	(158.474)
Resultado variável	19.620	25.077	30.534	22.482	27.472	32.463

Premissas*	Itaqui		Pecém II	
	2021	2020	2021	2020
Geração de energia - MWh	1.568.718	1.007.234	1.826.424	919.017
Consumo de carvão tn.	690.406	424.368	789.116	388.263
CIF ARA	135,75	53,28	129,20	53,25
API2	135,75	53,28	129,20	53,25
Prêmio	5,50	1,00	3,50	(1,25)
Fator i	0,52	0,52	0,53	0,53
FX	5,28	4,97	5,28	4,95

Sendo:

*Ccomb = CIF ARA * Fator i * FX*

Custo Carvão = API2 + prêmio

API2 ~ CIF ARA

* *Informação não auditada.*

Risco de taxa de juros

Risco relacionado aos juros flutuantes

A Companhia e suas controladas têm passivos indexados ao mercado flutuante de juros no segmento dos depósitos interbancários (DI), no mercado inflacionário com a correção dada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e pelo indexador econômico TJLP (taxa de juros de longo prazo).

O ativo da Companhia e de suas controladas, representado por suas receitas, também será corrigido pelas mesmas taxas, fato que reduz substancialmente o descasamento entre as taxas de ativos e passivos.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores das dívidas aos quais a Companhia estava exposta, foram definidos 3 diferentes cenários. Como cenário provável, a Companhia utilizou projeções de mercado para estimar o que seriam as despesas financeiras brutas para os próximos 12 meses. Como cenários alternativos, a Companhia calculou qual seria a perda financeira para os próximos 12 meses caso as curvas de TJLP, CDI e IPCA fossem deslocadas em 25% e 50% respeitando os prazos de pagamento de cada linha.

	Cenário Provável	Cenário I (alta 25%)	Cenário II (alta 50%)
Risco de *Cash Flow*:			
Passivo indexado a TJLP	6.604	7.602	8.486
Passivo indexado ao CDI	342.499	416.186	488.838
Passivo indexado ao IPCA	698.729	816.237	931.620
Despesa Financeira Esperada	1.047.832	1.240.025	1.428.944
Aumento da despesa financeira	-	192.193	381.112

Metodologia: deslocamento paralelo para cima das curvas de juros em 25% e 50%.

IPCA 12M: 10,01% (Fonte: Boletim Focus)
TJLP 12M: 6,08% (Fonte: Conselho Monetário Nacional)
CDI Médio 12M: 11,81% (Fonte: Projeção de Mercado)

18.2 Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2021 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros.

						Consolidado
						2021
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos						
Fornecedores	106.550	498.359	29.831	-	-	634.740
Operações comerciais com partes relacionadas	-	-	169	-	-	169
Empréstimos e financiamentos	77.500	82.002	156.242	953.522	1.802.246	3.071.512
Debêntures	311.107	446.256	792.259	1.956.467	-	3.506.089
	495.157	1.026.617	978.501	2.909.989	1.802.246	7.212.510

						Consolidado
						31/12/2020
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos						
Fornecedores	-	455.352	80.257	-	-	535.609
Operações comerciais com partes relacionadas	-	-	1.397	-	-	1.397
Empréstimos e financiamentos	42.823	32.589	111.067	416.002	1.119.028	1.721.509
Debêntures	173.345	195.309	584.075	3.334.003	5.500.498	9.787.230
Retenção contratual	-	-	-	4.330	-	4.330
	216.168	683.250	776.796	3.754.335	6.619.526	12.050.075

18.3 Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e de suas controladas sofrerem perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

A Companhia entende que não há risco de crédito do contas a receber, vide avaliação na nota explicativa nº 9 – "Contas a receber". Além disso, para mitigar os riscos, adotamos como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

A Companhia possui uma política de aplicações financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição, e considera a avaliação de *rating* como referencial para limitar o montante aplicado. Os créditos estão expostos a baixo risco devido à classificação dos bancos de 1º linha (AAA e AA), com os quais a Companhia tem relacionamento. Os prazos médios são constantemente avaliados, bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio.

		Consolidado
	2021	2020
Posições do risco de crédito		
Caixa e equivalente de caixa	992.290	1.384.933
Títulos e valores mobiliários	685.447	511.317
Contas a receber de clientes	718.835	700.964
Valor justo dos contratos de comercialização de energia	91.245	-
Depósito vinculado sobre empréstimos e debêntures	197.946	76.448
	2.685.763	2.673.662

18.4 Risco cambial

A Companhia não possui exposição cambial relevante relacionada ao seu passivo financeiro oriundo de operações em moeda estrangeira, exceto aquelas mencionadas no parágrafo "Derivativos, *hedge* e gerenciamento de risco" dessa nota explicativa nº 18.

18.5 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade dos negócios para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para redução do custo de capital.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou proporá, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

19. Provisão para contingências

SUMÁRIO

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais cíveis, tributárias, ambientais e trabalhistas, assim como em processos administrativos regulatórios, que são constantemente avaliados pela Administração e por seus advogados e assessores jurídicos.

Prática contábil

A Companhia constitui uma provisão quando há obrigação presente, originada de eventos passados e que acarretará provável desembolso de caixa para seu encerramento. O saldo consolidado da provisão para contingências no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é apresentado abaixo:

		31/12/2020				Consolidado 31/12/2021
		Saldo Acumulado	Adições	Reversão	Atualização	Saldo Acumulado
Cíveis	(a)	70.613	-	(21)	191	70.783
Trabalhistas	(b)	21.950	3.315	(5.673)	1.470	21.062
Tributárias		40	-	-	-	40
Total das provisões		**92.603**	**3.315**	**(5.694)**	**1.661**	**91.885**

(a) Riscos cíveis

A principal discussão cível se refere à ação ordinária ajuizada pela controlada Amapari Energia S.A. ("Amapari") no valor de R$ 44.091, com pedido de tutela antecipada, para que seja enquadrada no mecanismo de ressarcimento de custo de combustíveis da CCC-ISOL. Em setembro de 2018, foi dado provimento ao recurso de apelação interposto por Amapari, anulando a sentença e julgando procedente a demanda, autorizando a empresa a utilizar o mecanismo de ressarcimento do custo de combustíveis instituído pela Conta de Consumo de Combustíveis para o Sistema Isolado — CCC-ISOL. Ainda por meio do acórdão, foi determinado o imediato reembolso de CCC não recebido por Amapari no período de novembro de 2008 até fevereiro de 2009.

Em 2019, em cumprimento à decisão, a ANEEL realizou o pagamento do reembolso pleiteado por Amapari. Contra o referido acórdão, a ANEEL interpôs recurso, ainda pendente de julgamento, de modo que foi realizado o provisionamento contábil do montante recebido de forma antecipada.

Ainda em 2019, a Amapari iniciou execução provisória, em primeira instância, do acórdão favorável para cobrar da ANEEL os juros que não haviam sido pagos por ocasião do recebimento do valor principal da CCC-ISOL. A decisão de primeira instância, corroborada por decisão do TRF da 1ª Região, reconheceu o direito de Amapari ao recebimento dos juros e obrigou a ANEEL a pagá-los. Dessa forma, em abril de 2020, Amapari recebeu, a título de juros, o valor de R$ 20.216. Aguarda-se análise de impugnação da CCEE, gestora dos recursos da CCC, acerca de divergência de cálculos. Da mesma forma como ocorreu com o valor principal, considerando a discussão judicial em curso acerca do recebimento dos recursos, também foi realizado o provisionamento contábil como passivo contingente do montante recebido de forma antecipada.

(b) Riscos trabalhistas

Englobam reclamações movidas por ex-funcionários da Companhia e empregados de empresas terceirizadas, que pleiteiam, dentre outros, verbas rescisórias, adicional de periculosidade, vínculo empregatício e posterior equiparação em direitos aos empregados da Companhia ou, ainda, eventuais verbas inadimplidas por suas contratantes diretas. A reversão apresentada no quadro anterior está vinculada a liquidações dos pedidos feitos pelos reclamantes e o encerramento de processos no decorrer do ano de 2021. Não existe causa individual relevante.

Contingências com risco possível (não requerem constituição de provisão)

As ações de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental que não estão provisionadas, pois envolvem prognóstico de perda classificado pela Administração e por seus advogados e assessores jurídicos como possível, são apresentadas a seguir:

			Consolidado
		31/12/2021	31/12/2020
Ambientais		22.449	25.912
Regulatórios		12.749	12.724
Trabalhistas		42.143	51.873
Cíveis	(a)	202.728	49.324
Tributárias	(b)	239.332	224.460
Total		**519.401**	**364.293**

a. *Cíveis*

Controlada Pecém II Geração de Energia S.A.

(i) ***Encargo Hídrico Emergencial***

Trata-se de ação ajuizada por Pecém II em conjunto com Porto do Pecém Geração de Energia S.A. em face da ANEEL, pleiteando (i) o repasse, pela ANEEL, do valor cobrado pelo estado do Ceará, a título de Encargo Hídrico Emergencial ("EHE"), aos CCEARs de Pecém II e Porto do Pecém, com o aumento do Custo Variável Unitário ("CVU") e da receita de venda percebida por essas empresas; e (ii) a suspensão da aplicação pela ANEEL de quaisquer penalidades por eventual redução e/ou interrupção da geração de energia das UTEs Pecém II e Pecém I em virtude da redução no fornecimento de água.

Em 31 de janeiro de 2017, foi proferida decisão da Justiça Federal indeferindo o pedido de tutela antecipada formulado pelas autoras. Foi interposto pelas autoras recurso de agravo de instrumento, o qual foi distribuído ao Desembargador Souza Prudente em 1º de março de 2017. A tutela antecipada requerida pelas Companhias foi deferida em 5 de maio de 2017, tendo sido solicitado o cumprimento da decisão do agravo de instrumento por parte da ANEEL.

Assim, foi expedido ofício ao Presidente da ANEEL determinando o cumprimento da decisão que deferiu os pedidos da autora. Em 22 de agosto de 2017, a Diretoria da ANEEL anuiu à metodologia de cálculo de ressarcimento sugerido pela Companhia, autorizando o repasse do EHE para as Autoras, o que vem sendo realizado regularmente desde 2018 até o momento. A ANEEL apresentou petição informando o cumprimento da decisão e interpôs recurso de agravo interno contra a decisão monocrática do relator. Os autos estão conclusos e aguardando julgamento no gabinete do Desembargador Souza Prudente desde fevereiro de 2018.

(ii) ***Receita fixa***

A subsidiária Pecém II Geração ajuizou ação, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, pleiteando o direito de receber as receitas fixas previstas nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), firmados em leilão de energia nova, a partir de julho de 2013, período no qual a Companhia já se encontrava devidamente comissionada e apta para a geração de energia, e, consequentemente, cumprir os compromissos firmados. A ANEEL justificou que o atraso nas obras de implantação da subestação da Transmissora Delmiro Gouveia S.A (TDG), necessária para o escoamento da energia gerada, constituiria caso fortuito ou força maior, e não efetuou o pagamento das receitas fixas, apenas excluindo a Companhia das penalidades previstas pelo não fornecimento de energia.

Em novembro de 2014, a Companhia obteve sentença favorável na Justiça Federal do Distrito Federal, que confirmou a antecipação dos efeitos da tutela, tendo a sentença sido confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Nesse sentido, com o julgamento em segunda instância, foi reconhecido o direito de Pecém II de receber o pagamento das receitas fixas provenientes dos CCEARs e determinado o cumprimento imediato da decisão. A ANEEL opôs embargos de declaração no TRF da 1ª Região, os quais foram rejeitados em meados de maio de 2018. Assim, em 30 de maio de 2018, esgotada a discussão no TRF da 1ª Região, e existindo ordem judicial para cumprimento imediato da decisão, a CCEE efetuou, em favor de Pecém II, o pagamento no montante de R$ 59.326, correspondente às receitas fixas devidas. A Companhia tomou conhecimento de que a ANEEL interpôs recurso especial, e, após intimação, Pecém II apresentou contrarrazões. Aguarda-se interposição de novo recurso pela ANEEL ou decurso do prazo para trânsito em julgado do acórdão.

(iii) Processo arbitral

Em maio de 2021, foi instaurado processo arbitral em face de subsidiária da Companhia por empresa prestadora de serviços, referente a empreendimento em instalação. Por meio da arbitragem, a autora pretende que a Companhia seja condenada ao pagamento de valores associados à contratação e prestação dos serviços. O valor estimado da disputa é de R$ 52 MM. Na manifestação preliminar, a Companhia apresentou pedido contraposto, para que a autora seja condenada ao pagamento de multas e restituição de valores adiantados, que alcançam o valor estimado de R$ 60 MM. Atualmente, aguarda-se constituição do Tribunal Arbitral.

MABE Construção e Administração de Projetos Ltda.

(i) Processo judicial

Trata-se de ação condenatória ajuizada por ex-prestadora de serviços em face da MABE Construção e Administração de Projetos Ltda. ("MABE"), Eneva S.A., a subsidiária Pecém II e outras, por meio da qual a autora pleiteia a condenação das rés ao pagamento de quantias supostamente devidas e não pagas quando da prestação de serviços de construção do empreendimento da subsidiária Pecém II.

Em agosto de 2021 foi proferida sentença julgando parcialmente procedentes os pedidos da autora e condenando as rés ao pagamento de parcelas referentes ao contrato celebrado entre MABE e a autora.

As rés interpuseram recursos de apelação contra a sentença condenatória, ainda pendentes de apreciação pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Outras controladas

Os demais valores subdividem-se em ações judiciais envolvendo pleitos de natureza cível que individualmente não possuem risco financeiro relevante, e que estão descritos no relatório com prognóstico de perda possível. A alteração de valores apresentada acima se refere às mudanças nos prognósticos dos casos no decorrer do trimestre.

b. *Tributárias*

Controlada Itaqui Geração de Energia S.A.

A controlada possui demandas de natureza tributária em que figura como ré. A principal demanda se refere a auto de infração lavrado pelas autoridades fiscais federais para glosar despesas financeiras supostamente desnecessárias por não ter sido comprovado caráter de cobertura (hedge) de determinada operação contratada para fazer frente a um empréstimo em moeda estrangeira não concretizado.

Desde 2019, o assunto permanece em discussão em âmbito administrativo no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF"). No início de 2020, por requerimento da controlada, o CARF determinou que o julgamento fosse convertido em diligência, tendo a controlada apresentado documentos e esclarecimentos para contribuir com o relatório de diligência fiscal. Este relatório foi encerrado em 2021, quando a controlada apresentou nova manifestação e o processo foi devolvido ao CARF, onde aguarda julgamento

Em caso de decisão final desfavorável na esfera judicial, a companhia perderá o direito a compensar futuros lucros fiscais com o montante de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL glosado pelas autoridades fiscais, no montante de R$ 195 milhões. Não há crédito tributário constituído sobre referido prejuízo fiscal. Em caso de decisão final desfavorável, o efeito seria de baixa de aproximadamente R$ 195 milhões de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL nos controles fiscais auxiliares (ECF), sem desembolso e impacto imediato no caixa da Companhia.

20. Provisão para obrigação de abandono

SUMÁRIO

Prática contábil

Os custos de desmobilização de ativos de geração são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A Companhia revisa, trimestralmente, seus custos estimados com desmantelamento de áreas de produção de gás, em conjunto com seu processo de certificação anual de reservas e quando há indicativo de mudanças em suas premissas.

Essa provisão refere-se aos custos esperados para o abandono dos campos produtores de gás e para a desmobilização dos ativos da UTE de Pécem II Geração de Energia S.A. Os cálculos das referidas estimativas são complexos e envolvem julgamentos significativos, uma vez que:

(i) no reconhecimento da provisão, o custo correspondente é capitalizado como parte do ativo imobilizado e é depreciado pela vida útil dos ativos correspondentes, resultando em uma despesa reconhecida no resultado do exercício.

(ii) as obrigações ocorrerão no longo prazo;

(iii) os contratos e regulamentações possuem descrições subjetivas das práticas de remoção e restauração e dos critérios a serem atendidos quando do momento da remoção e restauração efetivas; e

(iv) as tecnologias e custos de remoção de ativos se alteram constantemente, juntamente com as regulamentações ambientais e de segurança.

A Companhia está constantemente conduzindo estudos para incorporar tecnologias e procedimentos de modo a otimizar as operações de abandono, considerando as melhores práticas. Contudo, os prazos e os valores dos fluxos de caixa futuros estão sujeitos a incertezas significativas.

A seguir, são apresentados os fluxos com provisão de abandono em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial	70.650	75.748	75.109	81.022
Revisão da provisão	(7.967)	(12.195)	(14.324)	(13.502)
Atualização de juros	20.774	7.097	22.290	7.589
Saldo final	83.457	70.650	83.075	75.109

O aumento na provisão para abandono está ligado principalmente a inflação ocorrida em 2021 que encerrou com alta de 10,06% (em 2020 encerrou com alta de 4,52%).

SUMÁRIO

21. Partes relacionadas

Prática contábil

As transações de compra e de venda de energia, de prestação de serviços e de mútuo são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos de ativos, passivos e efeitos em resultado de transações com partes relacionadas estão representados da seguinte forma:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Mútuo						
Itaqui Geração de Energia S.A. (a)	832.387	808.285	-	-	69.191	23.733
Pecém II Geração de Energia S.A. (b)	852.017	864.473	-	-	71.178	44.636
Parnaíba B.V.	-	-	-	-	1	20.969
Outras	689	689	-	-	-	592
	1.685.093	1.673.447	-	-	140.370	89.930
Operações comerciais						
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. (c)	172.420	147.130	210	36	1.018.396	439.619
Parnaíba II Geração de Energia S.A. (c)	84.829	99.156	218	48	504.482	357.297
Itaqui Geração de Energia S.A.	14.728	10.625	2.600	2.323	9.896	10.934
Pecém II Geração de Energia S.A.	5.591	7.080	324	141	6.259	6.953
Parnaíba B.V.	-	-	-	97.928	3	-
Outras	16.975	16.166	4.860	5.153	7.992	3.807
	294.543	280.157	8.212	105.629	1.547.028	818.610
Dividendos e Juros s/capital próprio a receber						
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	-	23.962	-	-	-	-
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	-	38.230	-	-	-	-
Itaqui Geração de Energia S.A.	39.999	-	-	-	-	-
	39.999	62.192	-	-	-	-
	2.019.635	2.015.796	8.212	105.629	1.687.398	908.540

a. *O saldo é composto por dois contratos de mútuo celebrados com a Eneva (mutuante), sendo o primeiro sujeito a juros de 104% do CDI e prazo de vencimento indeterminado e o segundo sujeito a juros de 2,47% + IPCA e prazo de vencimento em setembro de 2026. A variação do saldo do ativo é corresponde a juros incorridos, parcialmente compensados por pagamento de juros.*

b. *O saldo é composto por dois contratos de mútuo celebrados com a Eneva (mutuante), sendo o primeiro sujeito a juros de 104% do CDI e prazo de vencimento indeterminado e o segundo sujeito a juros de 3,19% + IPCA e prazo de vencimento em dezembro de 2027. A variação do saldo do ativo é corresponde a juros incorridos, parcialmente compensados por pagamento de juros.*

c. *São saldos compostos, basicamente, pela venda do gás natural e arrendamento da Unidade de Tratamento de Gás (UTG) para as subsidiarias Parnaíba II Geração de Energia S.A. e Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A..*

21.1 Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

A Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva de acordo com as atribuições e poderes conferidos em Estatuto Social. De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição entre eles.

Os montantes totais de remuneração dos Diretores e do Conselho da Administração da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, registrados na contabilidade pelo regime de competência, seguem abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Benefícios de curto prazo (a)	27.457	33.074	31.567	37.051
Benefícios de longo Prazo (b)	114.005	53.205	129.385	53.205
	141.462	**86.279**	**160.952**	**90.256**

a. *A remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia inclui salários e benefícios não monetários.*

b. *Conforme descrito na nota explicativa nº 24 – "Plano de pagamento baseado em ações", a Companhia implementou plano de pagamento baseado em ações para gestores e diretores estatutários e não estatutários. A outorga das ações será concedida quando do cumprimento de determinadas condicionantes, no prazo de 3 a 5 anos, a partir do início do plano.*

Seguem abaixo os montantes de remuneração mínima, média e máxima do Conselho de Administração e Diretoria:

						Consolidado
			2021			2020
	Mínima	Média	Máxima	Mínima	Média	Máxima
Conselho de Administração	119	454	864	475	5.420	35.056
Diretores	825	11.213	59.382	135	4.088	20.803
	944	**11.667**	**60.246**	**610**	**9.538**	**55.859**

22. Patrimônio líquido

SUMÁRIO

22.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Capital Social da Companhia é respectivamente de R$ 8.894.086 e R$ 8.848.409. A Companhia possui apenas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal. O capital autorizado em 31 de dezembro de 2021 é composto por 1.596.513.720 ações autorizadas, das quais 1.266.339.183 foram emitidas (315.835.960 em 31 de dezembro de 2020).

Em março de 2021, houve o desdobramento das ações da Companhia na proporção de 1 (uma) ação ordinária para 4 (quatro) ações ordinárias, sem modificação do capital social ou dos direitos conferidos pelas ações aos titulares. Dessa forma, a variação demonstrada na quantidade de ações entre os períodos é basicamente relacionada a esse movimento societário.

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado.

		Controladora		Controladora
		2021		2020
Acionista	Quantidade	%	Quantidade	%
Banco BTG Pactual	272.640.404	21,53%	72.410.101	22,93%
Eneva Fundo de Investimento em Ações	289.640.404	22,87%	72.410.101	22,93%
Velt Partners	-	-	17.665.975	5,59%
Dynamo	79.108.721	6,25%	15.853.947	5,02%
Atmos Capital Gestão de Recursos	67.189.176	5,31%	15.793.261	5,00%
Ações em tesouraria	6.120.944	0,48%	-	-
Outros	551.639.534	43,56%	121.702.575	38,53%
Total	**1.266.339.183**	**100,00%**	**315.835.960**	**100,00%**

22.2 Reserva de incentivos fiscais

SUDENE

A reserva é constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente ao benefício fiscal concedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Esse benefício corresponde à redução de 75% do Imposto de Renda, no período de 10 anos.

ICMS – Crédito Presumido

Reserva constituída mediante a destinação da parcela do resultado do exercício equivalente ao incentivo fiscal concedido pelo estado do Maranhão, nos termos da Lei nº 9.463/2011. Tal incentivo consiste em crédito presumido de ICMS nas saídas de gás natural destinadas à usina termelétrica movida a gás natural.

22.3 Ações em tesouraria

Programa de Recompra de ações próprias

Os programas de recompra visam a aquisição de ações de emissão da Eneva S.A. para fazer frente às obrigações dos planos de incentivo de remuneração de longo prazo baseados em ações, direcionados aos administradores e empregados da Eneva S.A. e de suas sociedades controladas.

No primeiro semestre de 2021 foram adquiridas 4.280.000 ações ao preço médio de R$ 17,36 (após o desdobramento de ações), que já foram substancialmente entregues aos beneficiários no valor de R$ 70.864 mil, conforme apresentação na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL). Em dezembro de 2021 foi aprovado novo programa de recompra de ações com o objetivo de atender as liquidações previstas para o exercício de 2022, autorizando a quantidade máxima de 6.000.000 de ações, das quais já foram adquiridas 5.589.000 ao preço médio de R$ 14,30.

23. Resultado por ação

SUMÁRIO

O resultado por ação, básico e diluído, foi calculado pela divisão do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e a respectiva quantidade média ponderada de ações em circulação durante o mesmo período, conforme o quadro abaixo:

	2021	2020
Resultado do exercício		
Numerador		
Lucro líquido atribuível aos acionistas	1.173.300	1.007.606
Denominador		
Média ponderada de ações	1.265.016.862	315.783.353
Lucro por ação (R$) - básico	**0,92750**	**3,19081**

	2021	2020
Resultado do exercício		
Numerador		
Lucro líquido atribuível aos acionistas	1.173.300	1.007.606
Denominador		
Média ponderada de ações	1.265.016.862	315.783.353
Efeito das opções	9.956.371	1.455.463
Lucro por ação (R$) - diluído *	**0,92025**	**3,17618**

* *O fator de diluição representado pelos programas de remuneração baseados em ações da Companhia não representou mudanças significativas no cálculo do lucro diluído.*

24. Plano de pagamento baseado em ações

SUMÁRIO

Opção de ações outorgadas pela Companhia

O programa vigente de opções de compra de ações da Companhia foi aprovado pelo Conselho de Administração em 10 de agosto de 2016 e tem como beneficiários membros do Conselho de Administração, Diretoria e empregados selecionados.

As opções poderão atingir o percentual máximo de 4% (quatro por cento) do total de ações do capital social da Companhia, existentes na data de emissão das opções. Para efeitos desse limite, será considerado o somatório de todas as ações de emissão da Companhia, incluídas as ações que vierem a ser emitidas pela Companhia em razão de opções outorgadas no âmbito do plano de opções.

A tabela seguinte apresenta as características do plano de opções:

Plano	Data de Outorga	Prazo da Outorga (Anos)	Primeira Data de Maturação	Data Máxima de Vencimento dos Direitos	Quantidade Original Outorgada	Quantidade Remanescente	Preço de Exercício Original	Preço de Exercício Corrigido por IPCA + 3%a.a.
2016	03/10/2016	5	03/10/2016	12/11/2021	2.484.376	-	3,75	19,93
2016	03/10/2016	5	01/11/2017	01/02/2021	10.668.000	-	3,75	19,93
2016	03/04/2017	5	10/05/2018	08/09/2022	5.333.333	1.066.668	3,75	19,31
2016	03/08/2017	5	03/08/2018	01/12/2022	2.000.000	400.000	3,75	19,03
2016	11/02/2019	5	11/02/2020	10/06/2024	1.000.000	600.000	3,75	17,21
2016	10/01/2020	5	10/01/2021	12/05/2025	8.840.000	7.016.000	7,57	32,56
2020	11/02/2021	5	11/02/2022	13/06/2026	4.723.388	4.723.388	15,88	
2016	11/02/2021	5	11/02/2022	13/06/2026	240.000	240.000	15,88	
2016	01/05/2021	5	01/05/2022	03/09/2026	800.000	800.000	16,49	
2020	19/05/2021	5	19/05/2022	21/09/2026	1.106.600	1.106.600	15,98	
2020	30/11/2021	5	30/11/2022	30/03/2027	36.518	36.518	15,17	
2020	08/12/2021	5	08/12/2022	07/04/2027	243.450	243.450	14,82	

A tabela seguinte apresenta o movimento ocorrido no plano de opções para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Plano Outorgado pela Companhia - Quantidade de Opções de Ações	Quantidade de Opções	Preço Médio Ponderado de Exercício das Opções
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**12.573.336**	**7,12**
Exercidas	(3.417.224)	5,51
Outorgadas	7.149.948	15,92
Expiradas	(505.444)	8,18
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**15.800.616**	**11,48**

A Companhia não consegue mensurar o valor dos serviços prestados pelos participantes que estão sendo remunerados via plano de pagamento em ações. Portanto, decidiu mensurar os seus respectivos valores justos, tomando como base o valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados. Segundo o regulamento do programa, a Companhia liquidará essa obrigação com a emissão de novas ações ou pela utilização (quando constituída) da conta "Ações em tesouraria". O efeito no resultado do exercício de 2021 foi de R$ 29.240.

Unidades de performance restritas - units

A Companhia concedeu dois planos distintos de incentivo de remuneração de longo prazo baseado em ações. O primeiro foi aprovado em 12 de julho de 2018 e o segundo, denominado Plano de Incentivo de Remuneração de Longo Prazo Baseado em Ações (Plano de *Performance Shares*) aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2019. Nesses planos, a Companhia concede units, unidades de performance restritas, aos beneficiários que lhe prestam serviços. Porém, os planos seguem regras distintas para aquisição do direito de transferência de ações.

Conforme o regulamento do primeiro plano aprovado em 12 de julho de 2018, as ações podem ser transferidas aos beneficiários após 3 (três) anos a partir da data de concessão das units. Da quantidade de units cedidas para cada beneficiário, 50% são concedidas para retenção, cujo direito depende da permanência do colaborador na Companhia. Para os demais 50% das ações, além da permanência do colaborador, a quantidade de ações transferidas dependerá de indicador de performance de retorno para os acionistas, calculado durante o período de carência de 3 anos das units.

O regulamento do plano aprovado em 29 de abril de 2019 define que as ações podem ser transferidas aos beneficiários se os critérios de performance relacionados à execução do Projeto Parnaíba V forem atendidos. A apropriação do valor justo dos planos ao resultado do exercício de 2021 foi R$ 9.979.

A tabela abaixo apresenta as características gerais das units concedidas pela Companhia:

Plano	Data de Concessão	Prazo (Anos)	Finalidade	Data de Aquisição do Direito	Quantidade Original Concedida
2018	13/07/2018	3	Retenção	02/04/2021	868.724
2018	13/07/2018	3	Performance	02/04/2021	868.724
2018	01/04/2018	3	Retenção	01/04/2022	756.436
2018	01/04/2018	3	Performance	01/04/2022	756.436
2019	29/04/2019	2,92	Performance Shares	31/03/2022	1.548.404
2018	01/04/2020	3	Retenção	01/04/2023	453.288
2018	01/04/2020	3	Performance	01/04/2023	868.724
2018	01/04/2021	3	Retenção	01/04/2024	316.476

2018	01/04/2021	3	Performance	01/04/2024	316.475

A tabela seguinte apresenta o movimento ocorrido nos planos de units para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Plano de Units Concedido pela Companhia - Quantidade de units	Quantidade de Units	Preço Médio Ponderado das Ações
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**5.513.748**	**15,53**
Exercidas	(1.632.392)	17,04
Concedidas	632.951	17,04
Expiradas	(84.163)	15,95
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**4.430.144**	**16,47**

Em 15 de dezembro de 2021, a Companhia aprovou a criação de programa de aquisição de ações de sua própria emissão, com o objetivo de fazer frente às obrigações decorrentes dos planos e programas de incentivo de longo prazo, dirigido aos administradores e empregados da Companhia. O programa de recompra visa a aquisição pela Parnaíba II Geração de Energia S.A., e a quantidade máxima de ações a serem adquiridas é de até 6 milhões.

25. Receita de venda de bens e/ou serviços

SUMÁRIO

Prática contábil

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A receita apresentada é a líquida dos tributos sobre vendas, devoluções, abatimentos e descontos. Nas demonstrações financeiras consolidadas, são eliminadas as vendas dentro do grupo.

Para ambas as atividades de geração de energia e produção de gás natural, a receita é reconhecida quando a obrigação de desempenho é alcançada, ou seja, quando o controle sobre o produto é transferido para o cliente.

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício assim se apresenta:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita bruta				
Disponibilidade (ACR) **(a)**	-	-	2.240.555	2.120.175
Venda de energia (ACR) **(b)**	-	-	2.450.380	667.853
Venda de energia (ACL) **(c)**	-	-	917.931	763.023
Valor justo contratos de energia **(d)**	-	-	30.867	-
Venda de gás e condensado **(e)**	804.810	476.312	15.989	4.152
Arrendamento	886.180	412.015	-	-
	1.690.990	**888.327**	**5.655.722**	**3.555.203**
Deduções da receita				
Impostos sobre vendas	(241.113)	(107.472)	(464.816)	(271.861)
P&D **(f)**	-	-	(47.625)	(29.936)
Ressarcimento **(g)**	-	-	(18.840)	(10.097)
	(241.113)	**(107.472)**	**(531.281)**	**(311.894)**
Total da receita líquida	**1.449.877**	**780.855**	**5.124.441**	**3.243.309**

Ambiente de Contratação Regulada (ACR)

As receitas decorrem de contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR), celebrados entre o agente vendedor e o agente de distribuição, em decorrência dos leilões de energia elétrica. Os CCEARs são especificados por meio dos editais publicados para cada leilão, contendo cláusulas e condições fixas e variáveis, que não são passíveis de alteração pelos agentes.

Esse tipo de contrato tem como objetivo minimizar o risco hidrológico, visando um menor custo para o sistema de energia. Os custos decorrentes dos riscos hidrológicos serão assumidos pelos agentes compradores (distribuidoras), e eventuais exposições financeiras no mercado de curto prazo, positivas ou negativas, serão assumidas pelas distribuidoras, com repasse ao consumidor final, conforme mecanismo definido pela ANEEL.

Cabe destacar ainda que estes contratos possuem mecanismo de reajuste anual para a parcela fixa para a recomposição da inflação acumulada no período. A parcela variável por sua vez possui como um de seus componentes a taxa de inflação, reduzindo substancialmente o descasamento entre as receitas e os custos de geração.

a. *Disponibilidade ACR (receita fixa)*

Essa modalidade de receita tem por objeto remunerar o empreendimento de geração mantido à disposição do Sistema Nacional Integrado (SIN) para entrar em operação sempre que solicitado pelo Operador Nacional do Sistema ("ONS"). A variação deve-se à atualização contratual anual.

b. *Venda de energia ACR (receita Variável)*

Além da receita por disponibilidade, como comentado acima, os CCEARs possuem receitas variáveis, cujo valor é definido mensalmente no momento do reconhecimento, de acordo com a demanda requerida pelo ONS. A receita pela venda de energia elétrica é reconhecida por medição equivalente ao volume de energia transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar a energia entregue, mas ainda não considerada pelas medições anteriores ao fechamento do exercício. O aumento significativo dessa receita está ligado à demanda requerida pelo ONS, principalmente devido à crise hídrica.

Ambiente de Contratação Livre (ACL)

Trata-se do segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica, objeto de contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos.

c. *Venda de energia ACL*

Na operação de contratação em ambiente livre, a Companhia tem o direito de reconhecer a receita de venda de energia pelo valor do MWh. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica tanto no mercado regulado como também no mercado livre.

As informações do resultado estão apresentadas por segmento na nota explicativa nº 6 – "Informações por segmento".

d. *Valor justo dos contratos de energia*

A Companhia tem um portfólio de contratos de energia (compra e venda) que visam atender demandas e ofertas de consumo ou fornecimento de energia. Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo. Os valores apresentados, são referentes ao resultado da marcação a mercado (MtM) desses contratos de compra e venda para entrega futura. Esse valor justo é mensurado conforme nota explicativa nº 5.1 "Estimativas".

Exploração e produção de gás

e. *Venda de gás, condensado e arrendamento*

A Eneva S.A. é responsável pela exploração e extração de gás natural e mantém contrato de fornecimento de gás e de arrendamento com o Complexo Parnaíba.

A venda de gás está atrelada diretamente ao despacho do Complexo Parnaíba ("Complexo"). O preço é estabelecido em contrato firmado entre as partes e o volume comercializado varia em função da necessidade de gás do Complexo. A receita pela venda de gás é reconhecida por medição periódica e é equivalente ao volume transferido para o cliente, mas ainda não é considerada nas medições anteriores ao fechamento do exercício.

Deduções da receita

f. *Pesquisa e desenvolvimento (P&D)*

As empresas reguladas pela ANEEL têm a obrigatoriedade de atendimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e, por isso, devem aplicar anualmente o percentual de 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida - ROL para elaboração e execução de projetos de P&D do setor elétrico.

g. *Ressarcimento*

O ressarcimento ao mercado ocorre quando as usinas termoelétricas contratadas no ambiente de contratação reguladas (ACR) não atendem ao despacho do Operador Nacional do Sistema (ONS).

26. Custos e despesas por natureza

SUMÁRIO

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Custo				
Custos regulatórios	-	-	(151.359)	(139.856)
Depreciação e amortização **(a)**	(179.427)	(118.193)	(547.491)	(419.208)
Despesas com aluguéis	(4.612)	(2.908)	(21.176)	(15.504)
Despesas com pessoal **(b)**	(39.632)	(31.245)	(181.380)	(155.986)
Energia elétrica para revenda **(c)**	-	-	(612.136)	(412.437)
Impostos e contribuições	(286)	(287)	(286)	(287)
Insumos de geração **(d)**	-	-	(1.253.969)	(367.794)
Material de consumo	(6.015)	(1.977)	(39.126)	(10.557)
Participações governamentais **(e)**	(215.185)	(65.489)	(215.185)	(65.489)
Seguros operacionais	(4.270)	(350)	(28.891)	(6.352)
Serviços de terceiros	(26.738)	(20.929)	(92.122)	(75.640)
Outras	(435)	(9.785)	(38.585)	(76.269)
	(476.600)	(251.163)	(3.181.706)	(1.745.379)
Despesas administrativas e gerais				
Depreciação e amortização	(33.446)	(35.775)	(61.346)	(62.942)
Despesas ambientais	(2.905)	(1.412)	(3.722)	(1.719)
Despesas com aluguéis	(2.837)	(3.377)	(3.473)	(3.819)
Despesas com exploração e poço seco	(92.537)	(129.148)	(92.537)	(129.148)
Despesas com pessoal **(b)**	(264.437)	(166.900)	(279.478)	(179.091)
Impostos e contribuições	(1.050)	(722)	(1.167)	(494)
Material de consumo	(1.121)	(1.236)	(1.777)	(1.467)
Serviços compartilhados - Cost Sharing	40.120	39.966	-	-
Serviços de terceiros	(53.492)	(38.318)	(64.581)	(42.177)
Outras	(34.065)	(23.835)	(36.687)	(27.680)
	(445.770)	(360.757)	(544.768)	(448.537)
Outras receitas e despesas				
Provisão perdas de investimento	-	(2.273)	-	(4.545)
Ganho com venda de participação societária **(f)**	-	18.117	-	18.117
Perda na alienação de bens **(g)**	106	-	(201)	(16.501)
Reversões de Contingências	1.728	17.302	2.379	25.692
Crédito de PIS/COFINS **(h)**	22.265	-	38.156	-
Reversão do impairment de Itaqui	-	-	150.105	52.777
Outras receitas (despesas)	(9.181)	(3.451)	4.156	604
	14.918	29.695	194.595	76.144
	(907.452)	(582.225)	(3.531.879)	(2.117.772)

a. *A variação está diretamente ligada ao aumento na curva de despacho observado nas térmicas a gás com consequente aumento no consumo de gás, cuja depreciação é apurada pelo método das unidades produzidas, conforme detalhado na nota explicativa nº 13 - "Imobilizado".*

b. *O aumento nos gastos de pessoal está, substancialmente, ligado à atualização do valor justo e reconhecimento de encargos devidos pelo exercício dos planos de pagamento baseado em ações concedidas pela Companhia aos seus administradores e empregados, além do incremento na quantidade de colaboradores.*

c. *O aumento deve-se a compra de energia para atendimento de obrigações das usinas nos momentos em que precisaram parar para manutenções, em sua maioria programadas.*

d. *O acréscimo está relacionado, diretamente, ao maior despacho de energia no ambiente contratual regulado (ACR).*

e. *O aumento deve-se ao maior dispêndio no pagamento de encargos (royalties e participações especiais) relacionadas à operação de upstream devido ao reajuste no preço de referência do gás e aumento da demanda em 2021.*

f. *A variação se deve à alienação da totalidade da participação na Seival Sul Mineração, ocorrida em 2020.*

g. *A variação observada se refere à doação de subestação de energia à Eletronorte, no valor de R$ 16.527, realizada em 2020. Essa doação foi estabelecida no processo de licenciamento do Complexo do Parnaíba.*

h. *Reconhecimento de créditos de PIS/Cofins decorrentes de: i) revisão da sistemática de apropriação de créditos dos últimos 5 anos das empresas operacionais, a fim de mapear créditos eventualmente não aproveitados no âmbito do regime não-cumulativo, tendo por base as definições constantes das Leis n° 10.637/02 e 10.833/03, bem como a ampliação do conceito de insumo definida pelo STJ em 2018 (baseada nos critérios de essencialidade e relevância); ii) Decisão do STF, em maio/21, bem como o trânsito em julgado obtido pela Eneva S.A. para excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e Cofins relativo ao período de janeiro/2019 a abril/2021.*

27. Resultado financeiro

SUMÁRIO

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas financeiras (a)				
Encargos da dívida	(4.969)	(12.183)	(4.969)	(137.658)
Multa e juros pagos ou incorridos	(2.026)	(290)	(2.488)	(3.938)
Amortização custo de transação de empréstimos	(2.771)	(9.529)	(7.969)	(27.961)
Comissão sobre fianças bancárias	(1.543)	(2.170)	(4.011)	(4.729)
Juros de provisão de abandono	(23.329)	(7.097)	(24.851)	(7.589)
Juros de passivos de arrendamento	(7.524)	(8.742)	(15.577)	(8.156)
Juros sobre mútuos	-	(5.602)	(413)	(1.572)
Juros de debêntures	(83.334)	(72.875)	(174.583)	(149.548)
MTM contratos de energia	-	-	-	(3.888)
Variação cambial e monetária	(17.381)	(17.544)	(76.034)	(121.056)
Outros	(14.819)	(12.790)	(27.510)	(25.617)
	(157.696)	(148.822)	(338.405)	(491.712)
Receitas financeiras (b)				
Aplicação financeira	37.251	27.247	81.205	56.549
Multas e juros recebidos ou auferidos	58	1.326	41.961	2.783
Rendimentos de mútuos	56.508	40.354	651	-
Variação cambial e monetária	121.119	80.050	16.389	124.535
Outros	2.709	1.714	11.679	8.191
	217.645	150.691	151.885	192.058
Resultado financeiro	59.949	1.869	(186.520)	(299.654)

a. *O As principais variações nas despesas financeiras consistem na redução dos juros incorridos sobre os empréstimos ("encargos da dívida") e debêntures ("juros de debêntures"), em decorrência, principalmente, da restruturação das dívidas da Companhia e da emissão de debêntures a custos mais atrativos. As dívidas vinculadas à construção dos projetos de capital da Companhia tiveram os juros incorridos capitalizados.*

b. *A variação nas receitas financeiras ocorreu em função do recebimento de R$ 30 milhões de juros e correção monetária referente a decisão judicial favorável a Pecém II, relativa à receita fixa do período de julho a agosto de 2013.*

28. Cobertura de seguros

SUMÁRIO

A Companhia e suas controladas, diretas e indiretas, adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as coberturas de seguros eram:

	Consolidado	
	2021	2020
Riscos operacionais	2.790.250	2.598.500
Riscos de petróleo	335.249	312.210
Responsabilidade civil	420.000	560.000
Construção / projeto	2.413.996	3.866.996

29. Compromissos assumidos

SUMÁRIO

Programa exploratório mínimo (PEM)

O saldo de PEM referente a 14ª Rodada de licitação, ao 1º e 2º ciclo licitatório da oferta permanente, a ser cumprido perante a ANP, está apresentado no quadro abaixo:

Concessão	Bacia	BID	PEM Contratual (UTs)	PEM cumprido em 2021 (UTs)	Saldo em 31/12/2021 (UTs)	Status
			[A]	[B]	[A]-[B]	
PN-T-117	Parnaíba	14	400	943	-	Integralmente cumprido
PN-T-118	Parnaíba	14	600	869	-	Integralmente cumprido
PN-T-119	Parnaíba	14	600	448	152	A cumprir até 10/2024
PN-T-133	Parnaíba	14	500	1164	-	Integralmente cumprido
PN-T-134	Parnaíba	14	600	717	-	Integralmente cumprido
PN-T-47	Parnaíba	OP1	1.897	623	1.274	A cumprir até 11/2026
PN-T-48A	Parnaíba	OP1	1.448	1	1.447	A cumprir até 11/2026
PN-T-66	Parnaíba	OP1	2.673	406	2.267	A cumprir até 11/2026
PN-T-67A	Parnaíba	OP1	336	1.230	-	Integralmente cumprido
PN-T-68	Parnaíba	OP1	1.336	1.265	71	A cumprir até 11/2026
PN-T-102A	Parnaíba	OP1	1.121	725*	396*	A cumprir até 11/2026
AM-T-62	Amazonas	OP2	3138	-	3.138	A cumprir até 06/2029
AM-T-84	Amazonas	OP2	4138	-	4.138	A cumprir até 06/2029
AM-T-85	Amazonas	OP2	4138	-	4.138	A cumprir até 06/2029
PAR-T-86	Paraná	OP2	1.908	-	1.908	A cumprir até 06/2027
PAR-T-99	Paraná	OP2	1.902	-	1.902	A cumprir até 06/2027
PAR-T-196	Paraná	OP2	1.872	-	1.872	A cumprir até 06/2027
PAR-T-215	Paraná	OP2	1.866	-	1.866	A cumprir até 06/2027
			30.473	8.391	24.569	

*a ser validado pela SEP/ANP

Rodada 14

Os blocos exploratórios concedidos no âmbito da 14ª Rodada de Licitações (PN-T-117, PN-T-118, PN-T-119, PN-T-133 e PN-T-134) se caracterizam por uma Fase de Exploração que dura 6 (seis) anos e possui um único Período Exploratório que demanda o cumprimento das unidades de trabalho previstas.

As obrigações de PEM concernentes a esses ativos foram cumpridas a partir da realização do programa sísmico intitulado 0375_2D_NOVA IORQUE, ocorrido em 2020. O único ativo cuja garantia financeira não foi devolvida pela Agência, conforme ilustrado na tabela acima, é o PN-T-119, que terá que arcar com o cumprimento de 151,51032 unidades de trabalho até outubro de 2024.

Se faz pertinente destacar a extensão da Fase de Exploração dos contratos desse ciclo licitatório até 31 de outubro de 2024 nos moldes da Resolução ANP nº 815/2020, que facultou a prorrogação dos contratos de concessão em 9 (nove) meses frente o advento da COVID-19.

Oferta Permanente – 1º Ciclo Licitatório

A Companhia se sagrou vitoriosa no 1º Ciclo Licitatório da Oferta Permanente de Blocos Exploratórios e Acumulações Marginais, realizado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em 10 de setembro de 2019. Em atendimento às exigências do Edital de Licitação, foram encaminhadas à ANP garantias financeiras que asseguram o cumprimento do programa exploratório mínimo dos blocos PN-T-66, PN-T-67A, PN-T-102A, PN-T-68, PN-T-47 e PN-T-48A. As garantias entraram em vigor a partir da assinatura dos contratos de concessão, em 14 de fevereiro de 2020.

Os blocos exploratórios concedidos no âmbito deste certame se caracterizam por uma Fase de Exploração que dura 6 (seis) anos e possui um único Período Exploratório, que demanda o cumprimento das unidades de trabalho previstas. As obrigações de PEM concernentes a esses ativos foram cumpridas a partir da realização do programa sísmico intitulado 0375_2D_NOVA IORQUE, ocorrido em 2020. Com exceção do PN-T-67A, que já cumpriu integralmente suas obrigações de PEM, os demais blocos arrematados deverão arcar em conjunto com 6452,85 unidades de trabalho até novembro de 2026.

Se faz pertinente destacar a extensão da Fase de Exploração dos contratos deste ciclo licitatório até 14 de novembro de 2026 nos moldes da Resolução ANP nº 815/2020, que facultou a prorrogação dos contratos de concessão em 9 (nove) meses frente o advento da COVID-19.

Oferta Permanente - 2º Ciclo Licitatório

Ao lograr êxito na aquisição de 7 (sete) blocos exploratórios (AM-T-62, AM-T-84, AM-T-85, PAR-T-86, PAR-T-99, PAR-T-196 e PAR-T-215) e 1 (uma) área de acumulação marginal (Juruá) no âmbito do 2º Ciclo Licitatório da Oferta Permanente de Blocos Exploratórios e Acumulações Marginais, realizada em 04 de dezembro de 2020, a Eneva encaminhou, em 2021, garantias de PEM totalizando R$ 113.772.000,00 (cento e treze milhões setecentos e setenta e sete mil reais).

Os blocos exploratórios concedidos no âmbito deste certame se caracterizam por uma Fase de Exploração que dura 8 (oito) anos (para AM-T-62, AM-T-84 e AM-T-85) ou 6 (seis) anos (caso dos PAR-T-86, PAR-T-99, PAR-T-196 e PAR-T-215) e possuem um único Período Exploratório, que demanda o cumprimento das unidades de trabalho previstas. Para os quatro últimos ativos citados, aliás, a companhia terá que cumprir o PEM em conjunto com a Enauta, que adquiriu as áreas em consórcio com a Eneva.

30. Eventos subsequentes

SUMÁRIO

Combinação de negócios com a Focus

Contexto da operação

A Focus Energia Holding Participações S.A. ("Focus") atua como uma plataforma integrada de negócios de energia renovável no Brasil, com foco nos segmentos de comercialização, geração de energia para comercialização no mercado livre, geração distribuída e prestação de serviços em energia para geradores e consumidores livres.

Em fevereiro de 2021, a Focus realizou seu IPO levantando cerca de R$765 milhões de capital, com uma *valuation* implícita de aproximadamente R$1.600 milhões. A maior parte dos recursos levantados com o IPO foram captados com o objetivo de financiar a construção e desenvolvimento do Projeto Futura I, que pretende ser o maior parque de energia solar do Brasil. Esse parque possuía um custo total de CAPEX estimado de R$2,2bi. O restante do valor para financiar esta construção seria captado junto a instituições financeiras.

Do momento do IPO até a data da transação de venda e incorporação pela Eneva, ocorreram dois eventos principais que dificultaram a execução da construção de Futura I, sendo eles (i) o aumento do custo estimado do CAPEX total do projeto em cerca de R$500 milhões, em decorrência da escassez global de placas solares e quebra de contrato do principal fornecedor e (ii) aumento de juros e piora geral no cenário de crédito brasileiro, que dificultaram a obtenção do financiamento adicional necessário, uma vez que os bancos exigiam garantias e condições não exequíveis para a Focus.

Diante do cenário acima descrito, o valor por ação em bolsa de Focus se desvalorizou substancialmente desde o IPO e, além disso, a Focus encontrava-se em situação de stress financeiro de curto prazo para honrar os compromissos referentes a construção do projeto Futura I, sem acesso a novas linhas de financiamento.

Estrutura da operação

No dia 15 de dezembro de 2021, As Companhias divulgaram aos seus acionistas e ao mercado em geral a celebração do acordo de Combinação de Negócios ("Acordo"), por meio do qual estabeleceram os termos e condições para a incorporação da Focus ("Incorporação") e a subscrição privada, pela Eneva, de debêntures não conversíveis de emissão da Focus.

Conforme previsto no Acordo, a incorporação será implementada por meio das seguintes operações, que ocorrerão todas na data de fechamento da Operação.

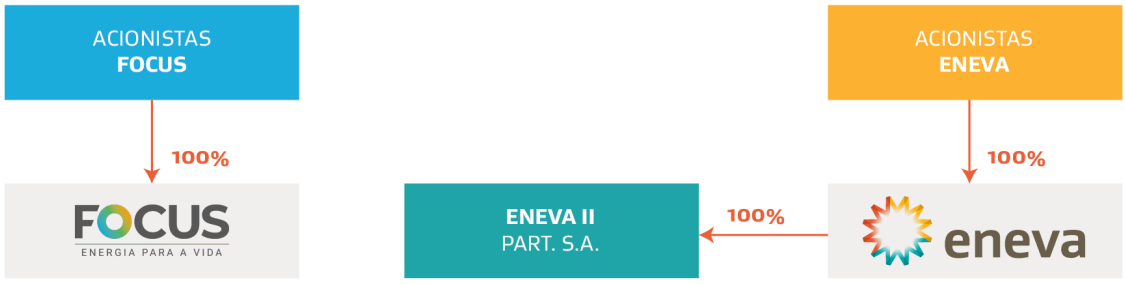
(i) A incorporação societária da Focus será feita pela Eneva II Participações S.A., (subsidiária integral da Eneva S.A.). A Eneva II irá assumir a carteira de clientes e todo o portfólio de projetos renováveis da Companhia que somam 3,7GW de potência instalada. A transação se dará pela atribuição de 1 nova ação ordinária (emissão 89.654.856 ações ordinárias) e 1 nova ação preferencial (emissão de 89.654.856 ações preferênciais) compulsoriamente resgatáveis da Eneva II para cada 1 ação ordinária de emissão da Focus e de titularidade dos acionistas da Focus.

(ii) Resgate das ações preferenciais da Eneva II, mediante o recebimento, por todos os acionistas da FOCUS, conforme as condições, de:

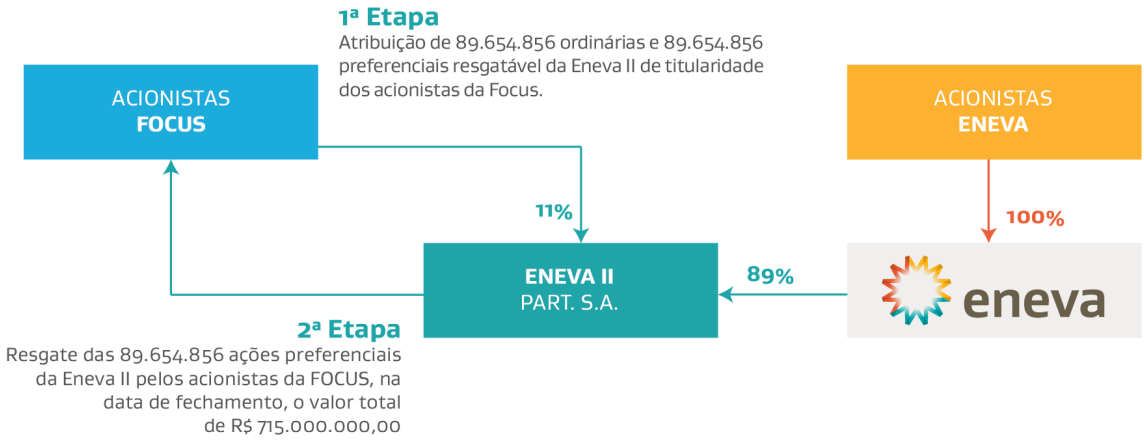
- pagamento em dinheiro, na data de fechamento, no valor total de R$ 715.000 mil (primeira parcela), a ser atualizado diariamente pela variação de 100% da taxa DI entre a data de celebração do acordo e o dia útil imediatamente anterior à data de fechamento, e sujeito a determinados ajustes ("Parcela Assegurada"); e
- pagamento adicional em dinheiro, condicionado ao efetivo recebimento, pela Eneva ou por controlada dela, até 31 de dezembro de 2027, de valores e/ou créditos, líquidos de tributos e despesas, oriundos de procedimento arbitral, nos EUA, perante a International Chamber of Commerce, em Nova York – NY, tendo como autoras a FOCUS e certas controladas. Poderão, ainda, ser deduzidos da Parcela Contingente valores extraordinários relacionados a determinados projetos.

As operações de incorporação da Focus estão ilustradas na figura a seguir:

Posição antes da incorporação

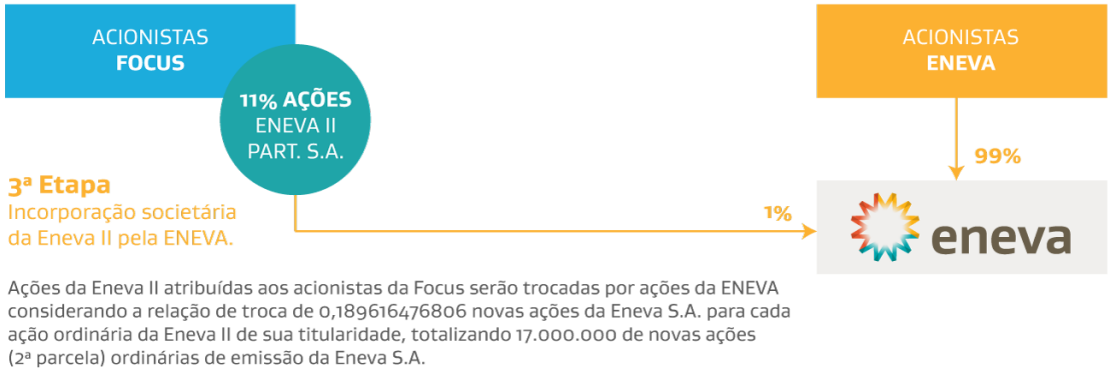


Incorporação da Focus



(i) Incorporação societária da Eneva II pela Eneva S.A., com a extinção da Eneva II, que será sucedida pela Eneva, e com a atribuição, aos antigos acionistas da Focus (que serão, acionistas da Eneva II), de 0,189616476806 novas ações da Eneva S.A. para cada ação ordinária da Eneva II de sua titularidade, totalizando 17.000.000 de novas ações (segunda parcela) ordinárias de emissão da Eneva S.A.. As operações de incporporação da Eneva II estão ilustradas na figura a seguir:

Incorporação Eneva II



Em decorrência da Operação, a Eneva II e a Focus serão extintas, com a consequente migração da base acionária da Focus para a Eneva S.A.. A Eneva S.A. continuará a ser Companhia aberta, listada no segmento do Novo Mercado da B3 e passará a ser titular da totalidade do patrimônio da Focus.

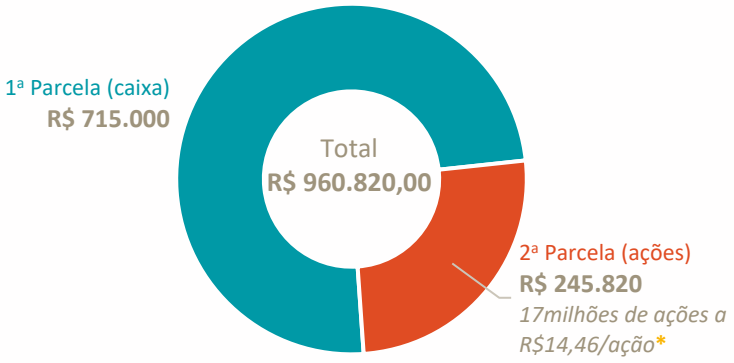
Como parte da operação, a Focus e a Eneva firmaram a escritura da 1ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da Focus, com garantia real, no valor total de até R$ 1.500 milhões. Nos termos da escritura e demais documentos relacionados, a Eneva:

(i) subscreveu, nessa data, debêntures no valor de R$ 820 milhões, a serem integralizadas mediante o cumprimento de determinadas condições precedentes;

(ii) se comprometeu a subscrever e integralizar o saldo das debêntures, no valor de até R$ 680 milhões, conforme o cronograma previsto na Escritura.

Os recursos das debêntures serão utilizados, exclusivamente, no pagamento de custos vinculados ao Projeto Futura I, conforme tais recursos sejam necessários a partir dessa data para a conclusão das obras. Vale ressaltar que os recursos das debêntures não fazem parte do preço pago.

Estimativa de contraprestação a ser transferida



*Valor corresponde a 17 milhões de ações ordinárias de emissão da Eneva S.A., com cotação de 14,46/ação do dia 21 de dezembro de 2021.

O valor de R$ 960.820 mil frente ao saldo de patrimônio líquido da Focus de aproximadamente R$ 1.001.096 mil resultou na apuração de uma compra vantajosa advinda diretamente da transação, no valor de R$ 40.276 mil, antes da apuração dos valores de mais valia dos intangíveis identificáveis.

Adicionalmente, o valor negociado em mercado aberto (Brasil, Bolsa, Balcão – B3) da Focus na data da transação também se encontrava abaixo do valor patrimonial dela (89.654.856 ações ao valor médio de R$ 10,77/ação, resultando no valor de R$ 965.583 mil), corroborando o valor pago na transação. Os fatores que justificam o valor de mercado abaixo do valor patrimonial da Companhia estão descritos no contexto da operação.

Relação preliminar dos ativos adquiridos e passivos assumidos

Resumo balanço patrimonial da Focus (sociedade adquirida) e seu valor justo (preliminar):

	30/11/2021*	Ajuste a Valor Justo	Saldo a Valor Justo 30/11/2021
Ativo circulante	1.056.310	-	1.056.310
Não circulante	1.508.187	131.602	1.639.789
Intangível	7.664	131.602	139.365
Intangível de partita	7.664	-	7.664
PPA e autorização – Futura I	-	85.804	85.804
PPA e autorização – PCHs	-	30.729	30.729
Carteira de clientes – Intel	-	15.069	15.069
Ativo Total	2.564.497	131.602	2.696.099

	30/11/2021*	Ajuste a Valor Justo	Saldo a Valor Justo 30/11/2021
Passivo circulante	1.155.711	44.744	1.200.456
Imposto de renda diferido s/ ativos reconhecidos	-	44.744	85.804
Passivo não circulante	408.066	-	408.066
Patrimônio líquido	1.001.095	131.602	1.087.953
Ajuste a valor justo	-	86.858	86.857
Parcela dos acionistas não controladores	(375)		(375)
Ativo Total	2.564.497	131.602	2.696.099

*Em virtude da data de elaboração desse estudo ser anterior à data-base da análise, estamos assumindo a situação patrimonial da empresa em novembro de 2021 como aproximação à situação esperada para dezembro de 2021.

Composição da alocação preliminar:

Alocação do Valor	
Patrimônio líquido da Focus (a)	1.001.096
Contraprestação transferida (b)	960.820
Compra vantajosa = (a) - (b)	40.276
Compra vantajosa	40.276
PPA e autorização – Futura I	85.804
PPA e autorização – PCHs	30.729
Carteira de clientes – Intel	15.069
Imposto de renda diferido s/ativos reconhecidos	(44.744)
Compra vantajosa final	127.134

Aprovação dos Acionistas e Fechamento da Operação

O fechamento da Operação cumpriu as condições precedentes usuais para este tipo de operação, incluindo, (i) a aprovação da sua consumação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE (aprovação ocorreu em 11 de janeiro de 2022) e (ii) aprovação pela Assembleia de acionistas das Companhias (a aprovação ocorreu em 4 de fevereiro de 2022). Em 11 de março de 2022 os Conselhos de Administração das Companhias informaram a renúncia das condições suspensivas da operação e a efetivação da incorporação da Focus pela Eneva II. Em 21 de março de 2022 a Eneva efetuou o pagamento do valor base de R$715.000 mil atualizado pela variação do CDI desde a data da celebração do acordo.

Os impactos das mensurações contábeis relativos à combinação de negócios serão registrados no momento do fechamento da operação, conforme CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, respeitando-se o limite do período de mensuração, de até 1 ano após o *closing*.

Encerramento das negociações para aquisição do Pólo Urucu

Em 28 de janeiro de 2022, a Companhia informou que encerrou, sem êxito, as negociações para aquisição do Pólo Urucu junto à Petroleo Brasileiro S.A. ("Petrobras"), que haviam iniciado em fevereiro de 2021. Apesar dos esforços envidados pelas partes durante esse processo, ao longo da negociação, não foi possível convergir para um acordo. Com isso, as partes optaram por encerrar as negociações em curso, sem penalidades para nenhuma das partes.

UsinaTermelétrica Jaguatirica II ("UTE Jaguatirica II") inicia operação comercial

A UTE Jaguatirica II, no estado de Roraima, recebeu autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para iniciar a operação comercial da primeira unidade geradora, com capacidade instalada de 48,653 MW, a partir de 15 de fevereiro de 2022. Em 9 de março de 2022 autorizado, a operação comercial da segunda unidade geradora, com capacidade instalada de 48,653 MW. Com isso, a UTE passa a ter uma capacidade disponível total de 97,306 MW.

7ª emissão de debêntures pela Eneva S.A.

O Conselho de Administração aprovou, em 17 de fevereiro de 2022, a realização da 7ª emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor total de R$ 1.500 milhões. O vencimento das Debêntures ocorrerá em 15 (quinze) meses, contados da data de emissão, ou seja, em 18 de maio de 2023.

As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos, sob o regime de garantia firme de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476").

Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, de cada uma das Debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescida de Sobretaxa de 1,35% (um inteiro e trinta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Sobretaxa", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, desde a Primeira Data de Integralização (inclusive) ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data de cálculo (exclusive), sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na escritura da Emissão.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio das Debêntures serão utilizados para reforço de capital de giro da Companhia. As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado facultativo total ou amortização extraordinária facultativa, a exclusivo critério da Companhia, a qualquer momento a partir da data de emissão, sem a incidência de qualquer prêmio.

Conselho de Administração

Jerson Kelman
Presidente

Henri Philippe Reichstul
Vice-Presidente

Conselheiros:

Elena Landau
Felipe Gottlieb
Guilherme Bottura
Marcelo Pereira Lopes de Medeiros
Renato Antônio Secondo Mazzola

Diretoria

Pedro Zinner
Diretor Presidente

Lino Lopes Cançado
Diretor

Marcelo Campos Habibe
Diretor de Relações com Investidores

Marcelo Cruz Lopes
Diretor

Controladoria

Ana Paula Alves do Nascimento
CRC-RJ 086983/O-0
Controller

Bruno Campelo de Azevedo

CRC-RJ 106648/O-9
Contador

Praia de Botafogo, 501 | Torre Corcovado, sala 404 B
Rio de Janeiro (RJ) | CEP: 22.250-040

+55 (21) 3721-3000

www.eneva.com.br